

PESQUISA: Aventura entre métodos e mitos

Isaias de Carvalho Santos Neto¹

Apresenta-se a seguir pequeno ensaio sobre questões conceituais e metodológicas que costumam marcar nossos primeiros contatos em cursos de pós-graduação. Os comentários e as sugestões contidos neste texto resultam de observações feitas nos últimos anos em experiências de orientação de pesquisas². Com base em tal vivência, o texto foi preparado com intenção de reunir, de modo mais ou menos sistematizado, parte das muitas conversas colhidas em sala de aula, corredores, palestras ou reuniões de avaliação, com destaque suficiente para justificar esta iniciativa.

Outro argumento a favor do conteúdo destas notas está na própria natureza do trabalho de pesquisa e na correspondente articulação com as referências teóricas de apoio metodológico. De fato, as disciplinas de pesquisa não são, a rigor, disciplinas; trata-se mais de uma atividade de apoio, experimental, aberta, cuja dinâmica depende da matéria prima constituída pelos projetos apresentados. Não é uma disciplina porque não é recorte de um saber específico – uma matéria, por exemplo -, e nem possui conteúdo que requeira prova ou trabalho de temática exclusiva. Por isso, desta atividade espera-se o **como** conferir rigor acadêmico aos problemas suscitados na prática de pesquisa, ou melhor, aqui se tratará das questões epistemológicas – filosóficas, portanto, e não científicas – ligadas ao processo de conhecimento.

Do mesmo modo como acontece em outros cursos de pós-graduação, e com variados nomes, esta atividade cuida de aproximar o pesquisador iniciante das bases conceituais e metodológicas que possam resolver ou atenuar as dificuldades mais tangíveis, considerando as características de cada pesquisa, as conexões entre a pesquisa e as disciplinas previstas na grade curricular, o exercício do discipulado com os professores orientadores, e até mesmo a possibilidade de se pensar, como ensaio, no plano preliminar de redação do relatório.

A estrutura do texto está articulada em dois blocos: no primeiro, ficam as notas sobre conceitos, normas, e usos mais comuns relacionados com a pesquisa e conceitos, normas e usos comuns relacionados ao

comportamento do pesquisador. No segundo bloco, estão registrados comentários e sugestões sobre questões metodológicas.

Ao final do texto, as referências bibliográficas revelam as fontes de consulta ou de transcrição utilizadas, mas servem ainda para indicar parte da bibliografia hoje disponível sobre o assunto, cuja leitura sempre ajuda de alguma forma. Não significa, entretanto, que deva ser interpretada como leitura obrigatória.

BLOCO A - PRELIMINARES

Rito de passagem?

Pode-se dizer que as dificuldades mais imediatas nem sempre decorrem da pesquisa propriamente dita porque fatores circunstanciais – compreensíveis, mas indesejáveis – costumam inibir condutas ou provocar excessos de ansiedades e tensões. Esses fatores muitas vezes atrapalham o processo de adaptação ao ambiente da pós-graduação, confundindo e dificultando até a avaliação que o aluno possa fazer de seu aproveitamento e do mérito de sua própria pesquisa. Mais que isso, contribuem ainda na formação da equivocada idéia de **rito de passagem** que sustenta a proliferação de mitos com interpretações superficiais e ingênuas do cotidiano acadêmico, que não devem sobreviver à crítica dotada de mínimo de racionalidade e bom senso.

Dúvidas, ansiedades, desânimo ou aparente abandono são alguns sintomas presentes em depoimentos de alunos que, com tais argumentos, procuram justificar o não cumprimento de etapas, a insuficiência de leituras, a dificuldade de tornar mais objetivo o projeto de pesquisa e a bibliografia adotada. Não importa muito confirmar aqui a freqüência estatística dessas argumentações, porque não é a quantidade que deve ser discutida como falsa questão, mas se saber se estes são problemas acadêmicos.

De todas, a queixa mais presente é a da “dúvida”. Por isso, deve-se logo esclarecer que tipo de problema provoca aquela situação indesejada porque certamente não se trata de uma dúvida **pertinente** à investigação acadêmica. Para a pesquisa científica, a existência da dúvida – ou problema e/ou pergunta, como se costuma indicar – é essencial. Sem **pergunta**, não há como se fazer pesquisa, sem **dúvida**, não há como o conhecimento científico se desenvolver. Assim, o sintoma que provoca a situação não desejada pode estar mais próximo da insegurança, por exemplo. A insegurança pode se manifestar a partir de situações pessoais em que se destacam: conceito incorreto do que seja a atividade de pós-graduação; a impressão de não se estar convenientemente preparado para a missão; a inexperiência em trabalhos de pesquisa acadêmica; o

caráter solitário inerente à pesquisa científica; o conflito de tempo e de lugar entre os compromissos familiares, sociais, profissionais e, a partir do curso, escolares.

Ante estas inquietações, vale lembrar que estar agora matriculado em curso de pós-graduação já deve identificar algum grau de certeza, pelo menos o de não ter tentado ingressar em outra área de conhecimento. Também é verdade que os que agora chegam trazem informações suficientes para os passos iniciais, a se articularem com aquelas que serão agregadas durante o curso. Seja como for, o importante é saber que todos chegam com alguma noção do que pretendem fazer, suficiente para os passos iniciais, não importando muito agora se são imagens confusas, sem nitidez ou fundamentação.

Para a dúvida desejável – ou pergunta essencial da pesquisa –, recomenda-se enfrentá-la com a naturalidade de quem entende ser ela a razão de ser da pesquisa. É a dúvida que garante o desenvolvimento do conhecimento, porque o espírito do pesquisador deve sustentar a busca de informações novas, com o desvelamento da realidade que se desconhece. Trata-se de esforço para se saber o que ainda não se sabe e isto equivale a se enfrentar o desafio do desconhecido.

A pesquisa.

Mas apesar dessa aparente complicação, não é a pesquisa propriamente dita que registra mais embaraços aos iniciantes e sim dois de seus acessórios, que costumam tomar tempo e preocupação além do desejável: o **projeto de pesquisa** e a **monografia** ou relatório de pesquisa³. A dificuldade – que na verdade são duas, como se verá a seguir – está em se trabalhar com linguagens de representação de experiências, com dois momentos distintos de tempo cronológico. É que, além de se exigir do pesquisador domínio sobre a pesquisa e seus resultados sob a circunstância do momento (primeira dificuldade), espera-se que ele seja também capaz de dominar a linguagem do relatório (segunda dificuldade), que passa antes pelo tempo futuro para chegar depois ao tempo passado. Nesta curiosa inversão de tempo, fala-se, antes, no projeto, do que se espera deva acontecer depois, enquanto no relatório fala-se, depois, no que aconteceu antes.

Diz-se no projeto aquilo que se espera realizar durante a pesquisa, ou seja, fala-se sobre algo que não existe experimentalmente para o pesquisador, e que somente pode ser entendido mediante o discurso verbal. No projeto, descreve-se uma **situação problemática** para a qual se identifica, como **hipótese**, uma resposta provisória a ser testada durante a investigação. Por ser texto elaborado em que muitas possibilidades são especuladas e sob a pressão de exigências de forma, de conteúdo e de tempo, costuma ser enfrentado em clima de quase tortura. Para a área das artes, a hipótese é o próprio artefato artístico.

Seja pela originalidade da tarefa, seja pela pressão em se encontrar resultados para esforços que mal se iniciam, seja por conta do acúmulo de compromissos, o mais provável é que poucos tenham conseguido preparar de modo mais ou menos adequado as suas propostas de trabalho. Assim sendo, recomenda-se superar este primeiro desafio com a produção de um plano preliminar de pesquisa onde, de modo resumido, se apresentem o Tema, o Objeto, a Justificativa e o Objetivo de cada pesquisa, que permita substituir a exigência do **Projeto**, sem prejuízo da qualidade acadêmica.

Monografia: relatório, dissertação ou tese?

Costuma-se entender como monografia aquele trabalho escolar escrito como produto final de curso, que tem como característica ser monotemático, isto é, ser produzido sobre tema ou assunto predominante. Alguns cursos de graduação universitária exigem, como trabalho final, uma monografia, da mesma maneira que se exige em cursos de mestrado a dissertação. Nestes termos, é correto entender que **dissertação** elaborada como requisito para obtenção do título de mestre é um trabalho monográfico. Logo, necessariamente, toda dissertação é uma monografia, mas nem toda monografia é uma dissertação.

A dissertação requer, além dos compromissos exigidos para a monografia, que o aluno seja acompanhado desde a fase da pesquisa por professor orientador, que a pesquisa apresente traços de originalidade, que o tratamento do tema seja inédito e que o seu julgamento se realize em sessão pública, dentro de padrões específicos de cada coordenação de pós-graduação. O conteúdo deve apresentar estrutura narrativa em que se apresentam os resultados da pesquisa, de modo conclusivo. Nestes termos, pode-se dizer que toda dissertação é um relatório de pesquisa, mas nem todo relatório de pesquisa é uma dissertação.

Relatório de pesquisa pode ser uma tabela, em que se descreve o resultado de alguma experiência ou pode ser um gráfico, onde se revelam índices estatísticos, por exemplo. Não é em todo relatório que se exige divisão do texto em capítulos nem que se explicitem fundamentação teórica e conclusões. Mas embora as diferenças formais sejam mais evidentes, o fato é que Monografia, Dissertação e Tese identificam mais as vinculações do texto a determinados tipos de curso, e menos a qualidade do conteúdo de cada um deles. Sobre a escolha de tema, sobre tipos de pesquisa, sobre tipos de relatórios e sobre as características dos trabalhos que serão desenvolvidos, sugere-se consultar o livro de ECO (p. 7 – 34), de onde foi extraída parte dos argumentos aqui utilizados para a idéia de breve manual.⁴

A pesquisa poderá resultar de trabalho de compilação (uma revisão bibliográfica, por exemplo) ou de alguma experimentação (pesquisa primária ou direta). Do ponto de vista de mérito, não há que se estabelecer distinção entre eles, embora o primeiro caso (revisão) seja mais adequado ao espírito de iniciação científica dos cursos de especialização, enquanto o experimento é mais adequado aos cursos de pós-graduação *stricto sensu*.

E, agora, uma dica: verifiquem para que serve afinal tanto esforço, procurem ver o que vocês esperam de aproveitamento pessoal e invistam em suas respectivas pesquisas para que vocês possam obter um bom retorno!

BLOCO B - ATIVIDADES PRELIMINARES DA PESQUISA.

Escolha do tema ou assunto.

O primeiro passo para a realização de pesquisa é o da escolha do tema ou assunto. O tema, ou assunto, ou campo temático – há vários nomes em uso –, registra de modo muito geral a área de trabalho pretendida pelo pesquisador. É sempre mais vantajoso optar-se por temática ampla, porque permite deslocar o objeto da investigação sem perder o rumo geral da pesquisa, como será mostrado mais adiante. Serão sempre temas áreas de conhecimento como **Recursos Humanos, Finanças, Sistemas de Informação, Negócios Públicos**, e outras mais que estão sob domínio do que se entende como Administração.

Algumas pequeninas regras são úteis. A primeira delas recomenda que se escolha tema que responda aos interesses do investigador ou da equipe. Não é conveniente e nem prazeroso se trabalhar contra a própria vontade ou contra o próprio desejo, sob influência de um tema da moda ou em decorrência de pressão de outra pessoa. Mais adiante, você encontrará pistas para seus argumentos, com a indicação de níveis de comprometimento ou de objetivos mais comuns de uma pesquisa.

Escolhido o tema ou o assunto, a segunda regra adverte quanto aos cuidados nos procedimentos, para que as fontes de consulta sejam acessíveis, isto é, para que tenham alcance material. Como se pode ver, aqui os cuidados são operacionais, chamando-se a atenção do pesquisador quanto aos riscos do uso de uma fonte pouco confiável, ou ao de não se assegurar, antecipadamente, quanto à possibilidade de se utilizar informações que não comprometam questões de segurança ou de estratégia interna das empresas ou instituições pesquisadas.

Aquelas impressões de se contar com um bom informante, ou com aquele livro raro que um grande amigo fornecerá, se não forem muito

seguras devem ser abandonadas. A precisão no trato dos dados e a pronta disponibilidade deles é o primeiro e mais importante degrau a ser vencido nesta etapa. Por isso, tão logo você consiga indicar o campo temático, trate de pensar nas fontes de consulta: livros, revistas, jornais, referências eletrônicas, pessoas a serem entrevistadas, grupos ou empresas a receberem questionários, etc.

Vale considerar como alcance material também a possibilidade do projeto de pesquisa requerer apoios externos que impliquem despesas tais como viagens, impressão e postagem de questionários, trabalhos adicionais que envolvam recursos estatísticos que necessitem consultoria técnica, compra talvez desnecessária de livros ou de outras referências impressas, etc.

A terceira regra indica que as fontes de consulta devem ser manejáveis, isto é, que devem ter alcance intelectual. Entenda-se como alcance intelectual a capacidade de ajustar a informação recebida ao que você pretende com a pesquisa. Em outras palavras: não adianta se dispor de um bom referencial – como um determinado livro, ou se saber da possibilidade de entrevistas – que não estejam disponíveis em idioma que se tenha fluência, ou que trate de assunto em área de conhecimento ou de trabalho que se ignore. Considere-se ainda o cuidado para aquela consulta a texto produzido sobre mesmo tema, mas sob outro enfoque, muitas vezes com tratamento e recorte teórico que mais atrapalha que ajuda. Lembrem-se de que o original sempre valerá mais que qualquer tradução, por mais confiável que seja.

Finalmente, deve-se ter muita atenção para que os modos de investigação sejam compatíveis com a experiência e a vontade do pesquisador, e que sejam adequados ao tema escolhido e aos objetivos da pesquisa. Um bom projeto de pesquisa ou uma boa intenção de pesquisa não é aquela construída apenas dentro dos padrões recomendados pelos manuais disponíveis, obedecendo aos trâmites formais e apresentado em atendimento a certas exigências formais.

Um bom projeto de pesquisa é aquele que contextualiza corretamente o seu objeto de investigação e conta com um problema bem elaborado – ou uma pergunta, como outros sugerem –, para o qual deve corresponder uma resposta provisória (hipótese) a ser testada durante a pesquisa, e com um caminho que seja compatível com os objetivos do trabalho. A pergunta, a hipótese e o caminho (o método) constituem a metodologia da pesquisa, discutida com mais detalhes a partir da página 29.

Vistas estas quatro regras, vale lembrar que para escolha do assunto deve-se adotar a seleção com base em algum critério. Se você está com dificuldades para começar a pensar em temas, comece então a pensar em critérios para escolha do tema. E o primeiro critério, para quem nem em critérios começou a pensar, é acreditar que o passo anterior para quem não sabe o que fazer é saber sobre o que não quer pesquisar.

O desafio do papel em branco.

Por ser o primeiro passo, costuma ser considerado como o mais difícil. É bom lembrar como já pareceram difíceis os primeiros momentos de equilíbrio em uma bicicleta, as primeiras aulas no curso superior, enfim aqueles momentos em que nos assustamos com enfrentamento de uma situação até então não experimentada. Na verdade, a dificuldade está menos em identificar com rapidez, entre muitas idéias, aquela que melhor servirá para a pesquisa e, mais, em superar as ansiedades de quem se propõe a caminhar pelo desconhecido.

A seleção de um assunto equivale a uma tomada de decisão, porque escolher um assunto significa eliminar outros que, por alguma razão, devem ser evitados. Para que um assunto tenha prioridade, é indispensável definir um caminho para a investigação. Não se nega aqui a possibilidade de se fazer pesquisa pelo método do ensaio e erro, admite-se apenas não ser o mais conveniente. Não é recomendado porque pode representar perda de tempo e de esforço e não resultar em algo proveitoso. Como se verá mais à frente, o importante da pesquisa é utilizar o seu resultado para que se possa, com ele, emitir algum tipo de conclusão.

A primeira tentação do aluno é fazer a pesquisa e não pensar em recortes. A tendência costuma ser a escolha de tema que trate de tudo ou de muitas coisas ao mesmo tempo. Somos “especialistas em generalidades” e tentar resolver todos os problemas do mundo são os nossos pensamentos mais imediatos. Afinal de contas, somos normais, fomos educados para as grandes vitórias e tratar de um tema muito específico poderia parecer uma derrota ou indício de alguma forma de mesquinha.

Nesta hora, os conselhos dos mais experientes que sugerem corte em tão ambiciosa intenção não costumam prosperar. O convencimento quanto à necessidade de recorte – única forma eficiente e rápida de se passar das intenções para a pesquisa propriamente dita – costuma ser encarado como desestimulante porque não se percebe com facilidade a conveniência da objetividade. Quando se formula um projeto que representa desafios maiores que a capacidade de enfrentá-los, o maior perigo é perceber tardiamente que o tempo é implacável.

Muitas vezes, perceber que o tempo não espera ocorre simultaneamente à descoberta de se ter chegado – quando se chega – a resultados decepcionantes. Para cursos de pós-graduação, o tempo disponível para as tarefas de consulta às fontes, para discussão do grupo e para as primeiras formulações de crítica dos resultados é relativamente curto. Vale lembrar que não somos onipresentes, oniscientes e onipotentes.

Mas há outros desafios a serem enfrentados. As pesquisas de temática ampla oferecem muitos flancos para a crítica, além de facilitarem a perda de rumo da objetividade quando atraídos em direção a ensaios de

probabilidade duvidosa, sem qualquer valor acadêmico. Nestes casos, facilmente se prestam a comparações pouco lisonjeiras ou anedóticas.

Por outro lado, as pesquisas de temática restrita apresentam dificuldades em encontrar muitos apoios para troca de experiência ou pouco material para consulta. Mas enquanto as pesquisas panorâmicas tendem a trabalhar com altas taxas de previsibilidade, em razão do excesso de leituras e de fundamentação teórica, as pesquisas de temática restrita têm como vantagem a possibilidade de encontrar resultados mais imprevisíveis.

Não há como se recomendar aqui este ou aquele caminho. Ou seja, o que pode ser vantagem para uns, pode ser obstáculo para outros. O que importa mesmo é se saber que vantagens aparentes podem se transformar depois em enormes obstáculos, e vice-versa. Os verdadeiros inimigos do pesquisador – não encontro agora outra palavra melhor – estão muito próximos e se apresentam como coisas inocentes, a saber: uso perdulário do tempo, não se acreditar na importância da disciplina inicial para revisão dos pressupostos, demora em se aperceber que a pesquisa acadêmica é, por definição, egoísta, solitária, cansativa e, na maior parte das vezes, para surpresa tardia do pesquisador, mais fácil do que se pensava.

Um roteiro comum e eficaz: a receita clássica do feijão com arroz.

Encontrado o campo temático, o próximo passo é recortar o objeto da pesquisa. “Recortar o objeto” significa dar a dimensão real, concreta, experimental ao que se pretende investigar, sob pena de tornar inexecutável a tarefa. Exemplo: se alguém pretende estudar o sistema de recrutamento e treinamento em empresas financeiras, e não indicar a que se refere, poderá ficar subentendido que a proposta visa cobrir **todas** as empresas do ramo em todo o mundo. Por isso, trate de logo escolher em que lugar do planeta você pretende trabalhar, e em referência a que época!

“Recortar”, portanto, é dar dimensão de lugar e de tempo, ou seja, começa-se a responder às três perguntas básicas de qualquer pesquisa. A escolha do tema responde à pergunta: - “sobre o **que** é o seu trabalho?”. A indicação do lugar, responde à segunda pergunta: **onde** será feita ou foi feita a pesquisa?” e a terceira e última questão quer saber o “**quando**”, isto é, a que época ou tempo se refere. As indicações de lugar e de tempo transformam imediatamente o tema em **objeto**, ou seja, estabelece com o pesquisador – o **sujeito** do processo – o que se entende como relação de conhecimento. (Ver, a propósito, a página 22.)

Duas outras ajudas irão surgir no momento do desdobramento da pesquisa, quando você sustentar a escolha do tema e do objeto em razões e justificativas (**por que?**) e em objetivos ou conseqüências (**para que?**), separadas em tópicos (Não tente por enquanto produzir textos longos e em

forma discursiva, prefira pequenos trechos.) Em pouco tempo, você perceberá que razões ou justificativas e conseqüências ou objetivos costumam manter entre si relações de complementaridade: logo se descobre que uma sem a outra não sustenta com firmeza a estrutura lógica da pesquisa, porque também se comprometem com o eixo pergunta/hipótese.

Há, pelo menos, três motivações para a sua pesquisa mas, antes, devo chamar a sua atenção para um risco que deve ser evitado. Se ocorrer a vontade de desenvolver pesquisa relacionada com a sua atividade profissional cotidiana, cuidado!!! Na espreita, dois possíveis tropeços ou ilusões poderão lançar um balde de água fria em suas pretensões. Por melhor ou mais brilhante que seja a sua idéia e o valor da sua pesquisa, cuide bem para desde logo saber se serão abordados aspectos sigilosos ou estratégicos, se os resultados ou a simples intenção da pesquisa serão bem aceitos, se não serão motivo para desconfianças ou até mesmo entrave ao relacionamento entre os colegas de trabalho.

Pode parecer terrorismo, mas é mais freqüente do que se imagina a presença de variáveis não controladas influenciando no desfecho do trabalho. O que não significa dizer que as intenções do trabalho somente devam flutuar por sobre instâncias objetivas, porque a presença da subjetividade deve ser assegurada.

As razões que podem levar o pesquisador a identificar situações problemáticas que justifiquem a pesquisa podem ser intelectuais, como parte do desejo ou vontade de expandir o seu conhecimento sobre determinado tema. Isto não o obriga a trabalhar sobre sua área profissional e nem mesmo sobre a sua específica formação universitária, porque o projeto poderá se apoiar em outras motivações.

A segunda razão poderá ser de caráter mais experimental, em virtude de interesse de se aplicar conhecimentos adquiridos durante o curso em proposta que poderá se viabilizar e que responde a algum tipo de observação lateral ao interesse profissional imediato. Ou seja, localiza-se em posição intermediária entre a atitude intelectual e reflexiva da primeira intenção e o pragmatismo da terceira.

Para a terceira razão, sobram objetividade e pragmatismo ante a possibilidade de ser aplicada a determinada situação do dia-a-dia, colocada na pesquisa, para cujo resultado se criam expectativas e quando a especificidade da relação problema/hipótese atinge níveis altos de previsibilidade. Cada um de nós, ao iniciar uma caminhada como esta, deve sempre ter em mente que já trazemos na bagagem intelectual a junção de informações anteriores a este curso, adquiridas de modo experimental ao longo da vida (amigos, colegas, professores, leituras, vivências, aventuras, viagens, trabalhos realizados, etc) e postas de maneira não sistemática em algum arquivo ou pasta da nossa mente.

Esse conjunto de sinais ou dados pode se constituir como cenário pouco nítido, com aparente insegurança e sem profundidade, mas é certo pensar que para a realização dos primeiros procedimentos ninguém partirá do nada. Neste momento, sempre ajuda uma silenciosa e simples atividade, desde que se tenha paciência para ela. Trata-se de aproveitar as idéias que vêm à cabeça e transforma-las em texto, de preferência respondendo às perguntas indicadas antes (**Por que você quer fazer a pesquisa? Para que você quer fazer a pesquisa?**)

O real e o imaginário.

O espírito do pesquisador deve sustentar a busca do conhecimento como desvelamento da realidade. A pesquisa trata de desenvolver esforços para se saber o que ainda não se sabe. Isto equivale a se iluminar o desconhecido em atitude análoga ao ato de se enfrentar desafios. Mas da mesma maneira que para se realizar um bom salto é necessário que os pés estejam firmemente ancorados, também com o desafio do conhecimento se deve estar seguro para que o trânsito entre o que se sabe e o que se vai aprender ocorra sem traumas.

Todo conhecimento novo está relacionado de alguma forma com o conjunto de conhecimentos anteriores, como acontece com a noção de tempo diacrônico – uma coisa depois da outra –, porque passa-se do já sabido (antes) para o desconhecido (depois). Deste modo, a polaridade entre o saber e o não-saber implica as mesmas considerações que estão na relação velho/novo, na relação redundância/transgressão ou entre semelhanças e diferenças. A convivência entre contrários, na qual está a relação saber/não-saber, tratada de muitas maneiras na atividade acadêmica, representa a essência de qualquer modelo educacional. Os planos de ensino são montados com a finalidade de se trabalhar a noção de conhecimento vinculada à noção de informação, quando parecem ser equivalentes as relações sujeito-objeto/emissor-receptor.

Por isso, o ato de conhecer é a lógica que explica o próprio processo de conhecimento, enquanto o estímulo que alimenta a passagem do conhecido para o desconhecido é a consciência da própria ignorância. A única maneira de se passar – de modo mais ou menos controlado, diga-se logo – do pólo em que se situam as coisas conhecidas (o antes e o agora) para o pólo das coisas desconhecidas (o depois) é por intermédio da junção do tempo presente (aqui/agora) com o tempo futuro, a ser supostamente vivido (projeto).

É nesse momento que entra em cena o imaginário, nos provocando para sairmos das rotinas, para enfrentarmos o desafio presente no caráter transformador da história. Para GREGOTTI (p. 11), a história...

é feita, para além de nossa vontade, não pela “astúcia da razão”, mas pela “astúcia do desejo”. Não creio que se possa falar de projeto sem falar de desejo. O projeto é o modo através do qual intentamos transformar em ato a satisfação de um desejo nosso.

E como estamos em território psicanalítico, veja-se a contribuição de um filósofo que acentua a presença do imaginário no processo de conhecimento, com destaque para o momento das invenções ou descobertas. Diz BACHELARD (pp. 27-28) que a psicanálise há muito tempo vem estudando os mitos, na tentativa bem sucedida de esclarecer as lendas que envolvem descobertas como a do fogo, por exemplo, mas parece faltar alguma coisa porque não se encontram explicações objetivas para as descobertas feitas pelo homem “primitivo”.

Ou seja, para Bachelard, alguma coisa esteve presente no ato da descoberta e a sua forma de ação, a sua origem e a sua importância parecem estar mais fortemente ligadas ao mundo mágico, não necessariamente racional ou lógico. Ele critica as explicações científicas das descobertas como um *racionalismo seco e apressado* admitindo uma psicanálise que buscasse o inconsciente sobre o consciente, o valor subjetivo sobre a evidência objetiva, o devaneio sobre a experiência, sugerindo⁵: *Só se pode estudar aquilo que se sonhou primeiro. A ciência começa mais com um devaneio do que com uma experiência, e são precisas muitas experiências para afastar todas as brumas do sonho.*

Que tal começar a pensar em seu sonho, a partir de agora?

Visitando os nossos arquivos mentais.

Desde cedo nos acostumamos a ouvir e pensar que a Arte ocupa espaço onde não cabe a Ciência, e vice-versa. É verdade que são áreas que representam posições conflitantes, porque enquanto a Ciência sobrevive exclusivamente sob domínio da razão (objetividade) e de “verdades” de validade universal, a Arte está intrinsecamente dependente da ambigüidade, de juízos particulares e da emoção (subjetividade). Mas entre estas duas linguagens há um ponto em comum, se tratamos de entender os seus comportamentos.

Ao momento da criação, na Arte, chamemos de **atitude artística**, e ao momento da descoberta ou da invenção, na Ciência, chamemos de **atitude científica**. O ponto comum está na comparação entre essas duas “atitudes” e, para fixarmos uma idéia que nos ajude a resolver a formulação do projeto de pesquisa, recomendo rever alguns pontos de suas trajetórias, acompanhados de depoimentos de cientistas e teóricos da Arte, em que se somam mais semelhanças que diferenças, como se faz a seguir.

Desde fins do século XIX, insinuava-se a aproximação entre as atitudes artística e científica, com a expansão das ciências sociais, e com o destaque que os estudos históricos e a criação dos museus passaram a contar. Em consequência, discutir conceitos, rever processos técnicos, repensar o acervo teórico, foram grandes empreitadas intelectuais do século XX.

No período seguinte a segunda grande guerra, a sociedade de base industrial tornara-se definitivamente urbana, mas ao mesmo tempo a máquina passava a ser encarada com alguma desconfiança em certos círculos - mais sensíveis, digamos. Embora tenha sido antes até utilizada como modelo estético – vide o futurismo dos desenhos de canetas, aviões, automóveis, em que até a ficção (Flash Gordon?) comprometia o *design* – a tecnologia passou a ser encarada como ameaça capaz de transformar o ser humano em seu instrumento.

Dois estudos daquele tempo tratam da presença da técnica no processo criador e no cotidiano das pessoas, seja de modo subjetivo, seja de modo objetivo. Um deles preferiu analisar a questão do ponto de vista espiritualista; o outro procurou exacerbar a explicação materialista, embora ambos buscassem resposta para mesmo problema. Em 1951, quando MUMFORD escreveu o seu desabafo, o cenário era de tendências à organização mecânica e ao automatismo e por isso ele lamentava o abandono das questões mais humanas (p. 15):

A fada boa que presidia ao desenvolvimento da técnica não conseguiu prever a maldição que acompanhava esta dádiva genuína; uma maldição que vinha de um autêntico excesso de confiança no formal, no quantitativo, no mensurável, no externo. Por isso, a nossa vida interior ficou empobrecida: então nas fábricas como em toda a sociedade, a máquina automática tende a substituir a pessoa e a tomar todas as decisões por ela...

Como se pode ver, MUMFORD está a dizer que a invenção somente faz sentido se for assegurada a condição humana, ou seja, a máquina nada significa. Afirmou ainda que a ciência começou quando o homem utilizou as suas mãos como tenazes ou como martelo, porque a invenção depende exclusivamente da utilização que o ser humano faz dos limites de seu próprio corpo.

Vamos encontrar argumento semelhante quando, em 1959, FISCHER diz (pp 25-26) que, se não é possível substituir os órgãos biológicos, pode-se e deve-se trocar aquilo que é externo ao corpo – a ferramenta – em função de resultados:

Há um fruto a ser colhido de uma árvore. O animal pré-humano procura alcançá-lo, mas seu braço é muito curto e ele não o consegue; depois de repetidas tentativas frustradas, sua atenção é compelida a desviar-se para outras coisas. Porém se o animal se serve de uma vara o seu braço se estende; e, se a vara ainda for curta, ele ainda pode utilizar uma segunda e uma terceira, até encontrar uma capaz de fazê-lo colher o fruto. (...)Com utilização de instrumentos, nada mais é definitivamente impossível.

Assim, para Fischer, a técnica dá ao ser humano capacidade ilimitada, significa a sua expansão para além dos limites do seu organismo biológico e resulta da descoberta que contém *uma das raízes da magia* e, por conseguinte, da invenção.

Enquanto o espiritualista MUMFORD vê na técnica riscos para a liberdade criadora, FISCHER diz que, sem ela, a condição humana deixa de ter sentido. Daquela época para cá, espiritualistas e materialistas continuaram e continuam investindo na divisão do mundo de forma maniqueísta, sob as mais diversas formas: Deus/Diabo, Arte/Ciência, Razão/Emoção, Teoria/Prática, Paradigma/Sintagma, Forma/Conteúdo e tantas outras.

Os primeiros momentos de definição de um projeto de pesquisa podem trazer ao nosso pensamento inquietações semelhantes. Isto é um bom sintoma, porque somos capazes de imaginar muito mais do que somos capazes de realizar. Você já parou para ver quantas vezes pensou sobre a trilogia Arte/Ciência/Técnica? E certamente já percebeu também de que modo essas três qualidades da cultura estão presentes no nosso dia-a-dia? Então você está preparado para enfrentar o desafio, começando por escrever sobre as idéias tiradas de seus sonhos.

Muitos deles estão bem guardados nos baú de nossa memória. Por que não visitá-los? A elaboração do projeto ou intenção de pesquisa é uma atitude protocolar, sistematicamente exigida em qualquer curso de pós-graduação, mas costuma ser também ótima oportunidade para se pensar em coisas que não se localizam nas ações cotidianas.

Escrever, escrever e escrever são as melhores recomendações que podemos fazer agora, convencidos que estamos do poder de mudanças que os textos irão provocar em você. Há riscos, evidentemente. Depois de pronto, pode-se descobrir que não é nada daquilo que se pretende fazer. Nesse caso, procure dentro do mesmo tema outro recorte. "Tente, invente", sabendo que estas dificuldades são normais, comuns a qualquer um de nós.

Depois de algumas tentativas, tente conversar com alguém sobre as suas idéias e faça isso com tranquilidade porque a vida acadêmica costuma receber bem a troca de idéias. O desenvolvimento do conhecimento deve ser interpretado como síntese de individualidades, isto é, significa construção coletiva de esforços pessoais ou de pequenos grupos articulados sistematicamente.

Não somos tigres.

Estar mergulhado na condição humana significa ser membro de uma longa cadeia de informações, construída desde o momento em que se articulou algum sistema de linguagem. Isto é cômodo, eficiente e conservador. Recebemos sem muito esforço as informações que nos situam no mundo mediante o controle do idioma; passamos a ter opinião sobre quase tudo, a partir de entender as ideologias existentes; gostamos ou não de objetos e pessoas e com o que já encontramos à nossa disposição muitas vezes nos sentimos como se fossemos os únicos responsáveis por nós mesmos.

Mas se fossemos tigres, por certo seria tudo muito diferente. Nos diz MACHADO NETO (p. 139) que *“O homem é ontologicamente herdeiro. Nenhum homem repete a condição adâmica, mas, todo tigre inaugura a tigredade, como dizia Ortega”*.

Ou seja: o coitado do pequeno tigre, afora algumas lições essenciais de sobrevivência passadas pelos seus pais, tem que resolver sozinho todos os outros problemas. Ele por certo não pode encontrar armazenada a história dos tigres, a biografia dos seus avós ou a enciclopédia da cultura “tigrêsica”, cabendo a ele elaborar a sua própria trajetória, dia após dia, sem saber sequer que os seus descendentes terão que repetir as mesmas experiências e, quem sabe, os mesmos erros.

Nós, humanos, não precisamos repetir Adão porque começamos a partir de onde estão as pistas deixadas por nossos antecessores, quando temos a oportunidade de desenvolvermos o aprendizado e a construção do nosso projeto biográfico, ao tempo em que percebemos nas origens do **saber** a simplicidade da estrutura do nosso sistema de idéias.

A construção do conceito **Conhecimento** revela a complementaridade entre um ser pensante e a realidade ou circunstância que o rodeia, o que nos oferece ajuda para a montagem da intenção de pesquisa. A sugestão para a identificação das condições de época e de lugar resulta de se definir conhecimento como *“relação entre sujeito e objeto”*. O conceito **sujeito** (sub+jactus)⁶ indica que algo exterior é “lançado” para dentro do observador, como registro na consciência de alguma experiência – ou no arquivo, se quisermos adotar a linguagem cibernética.

Enquanto isso ocorre com o sujeito, o conceito **objeto** (ab+jactus)⁷ indica que sobre algo que está fora é “lançado” algum significado ou atributo. A noção de conhecimento, portanto, constitui-se como resultado da ação de dois pólos em que só podemos ser sujeitos se de algum objeto, da mesma maneira que objetos somente existem se para algum sujeito. A experiência acontece sempre condicionada a uma dimensão de tempo e a uma dimensão de lugar – o **aqui/agora** de que tanto gostam os filósofos.

O conhecimento nasce, portanto, no momento em que o indivíduo percebe estar inserido em um ambiente, que há outros indivíduos e coisas junto a ele, e que parece haver ali um conjunto ou sistema a ser decifrado. Para ROMERO,

Nas culturas mais primitivas tudo isso toma a forma de imagens ou idéias confusas, extraídas da prática habitual e de uma interpretação tão escassa em preocupações críticas como abundante em elementos provenientes da imaginação, do terror, da esperança, das aspirações, etc.

Em todo pensamento primitivo proliferam os mitos, que proporcionam explicações arbitrárias – embora muitas vezes com profundo sentido – da natureza, origem e destino do homem e do universo, e também as concepções mágicas, que pressupõem mistérios e ocultas relações entre as coisas, e pretendem aproveitá-las mediante ritos, fórmulas ou chaves que incidam nelas, para que sejam capazes de efeitos maravilhosos.

ROMERO diz ainda que estão entre as posturas mais severas da inteligência e do desenvolvimento tecnológico algumas disposições míticas, como em países do chamado “primeiro mundo”, em que não se costuma identificar com a respectiva numeração o décimo terceiro pavimento de uma edificação.

Assim sendo, e embora convivendo com instâncias racionais ao lado de instâncias mágicas ou míticas, a história do desenvolvimento do conhecimento nos apresenta duas características singulares: a primeira, já comentada, assegura a importância do domínio da herança existente como suporte para o salto adiante; a segunda, porque não somos tigres, a que não nos indica em que lugar cairemos ao fim do salto.

O dilema de Shakespeare, hoje, seria outro. (E o de Parmênides também.)

Está presente na memória de todos nós, o bordão: – *Ser ou não ser, eis a questão!* Extraído da obra do dramaturgo inglês, encaixa-se como uma luva na lógica que sustenta a associação de nossas idéias e, conseqüentemente, na organização da nossa linguagem cotidiana. De fato, a expressão “**ser ou não ser**” indica alternância, em que a opção por um termo implica imediata exclusão do outro, e não é outra coisa o que sustenta a linguagem verbal ocidental, regida por sistema subordinativo, com forte hierarquia apoiada na premissa de Parmênides.⁸

A experiência acumulada pelo ser humano em sua trajetória, antes guardada na memória, alcançou o patamar da representação com a invenção da fala, até chegar ao que se entende hoje como linguagem. Junto a estas surge a noção de tempo, como poderoso passo para superar as relações naturais estáveis antes regidas pelo instinto. De posse dessas ferramentas, o ser humano passa a produzir referências, incluindo-se aqui os códigos de cada cultura.

Mas esta revolucionária concepção de cultura somente acontece no século XX, quando Lévi-Strauss, aplicou o conceito “estrutura” à antropologia para entender a relação entre as formas de perceber o mundo e as formas de organização social. Ou seja, para entender o ser humano como produto de um tipo de experiência, que se estrutura em códigos de comunicação. Esta noção torna mais fácil entender que algumas relações entre coisas, que sempre definem culturas, não são melhores ou piores que outras, mas apenas diferentes, e que cada sistema é estruturado a depender das formas de percepção, compreensão e representação da realidade.

Qualquer linguagem é constituída com o objetivo de representar o objeto a que se refere, é uma re+apresentação do objeto. Para HUMBOLDT (1767-1835), o idioma é uma cosmovisão. Como lingüista e filósofo, fez estudos de lingüística comparada concluindo que a estrutura de uma língua reflete a estrutura mental do povo que a fala. O idioma é, portanto, muito mais que mero agrupamento de palavras, funcionando como conjunto de signos que substituem aquilo que lhes cabe representar.

A linguagem verbal é um conjunto fechado, articulado sob domínio de regras, códigos, repertórios e formas de combinação, sustentado por lógica binária, mas paradoxalmente frágil ante outras visões de mundo, sendo também capaz de indicar possibilidades de mudança, dependendo da maneira com que se associem os nossos signos ou conceitos. Para ARANHA & MARTINS (p. 12),

O signo é uma coisa que está em lugar de outra, sob algum aspecto. Por exemplo, o gesto de levantar o braço e abanar a mão pode estar no lugar de um cumprimento ou de um adeus; ele é o signo dessas duas coisas. (...)

Ora, se o signo está no lugar do objeto que ele representa, essa representação pode assumir aspectos variados, dependendo do tipo de relação que o signo mantém com o objeto representado.

Por isso, os sistemas de comunicação são construídos com códigos que asseguram a manutenção de pactos e/ou formas de organização, sugerindo submissão ou redundância, como forma legítima de sua sobrevivência. Mas esses mesmos sistemas podem ser usados para o desenvolvimento das individualidades criadoras, muitas vezes vistas como insólitas e em geral situadas em posições periféricas ao que se considera “normal” ou “certo”. O projeto de pesquisa é um desses caminhos.

A capacidade de produzir **projeto** (pro+jactus)⁹ colabora em alterar a nossa trajetória para que a circunstância que nos envolve possa ser questionada. Mas, como se vê, parece haver um problema na junção da necessidade de manutenção do que está estabelecido simultaneamente ao seu questionamento. Esse é o conflito que nos acompanha desde o desenvolvimento da atitude científica e será sempre a forma pessoal de cada um enfrentar a polaridade herança/fundação¹⁰ que irá determinar o resultado.

Se fosse vivo, o poeta, em lugar de “ser ou não ser”, certamente seria convencido a escrever: - **Ser e não ser**, simultaneamente, eis a solução! E quanto a Parmênides, seria o caso de voltar ao seu próprio tempo e conversar um pouco mais com Heráclito.¹¹ Uma das características do tempo atual é a busca pelo conhecimento, a partir do convencimento em dois pressupostos:

- Que o entendimento sobre as coisas não é definitivo; a perspectiva marxista de que “as coisas tornam-se”, isto é, que podem passar a ser deu outra dinâmica ao mundo das idéias, agora lastreada no “lógica do conhecer”;
- Dizer que “as coisas são o que aparentam ser” significa admitir a transitoriedade das “verdades” e, portanto, aceitar que é ilimitada a expansão do saber.

Nesta expansão do saber, inclua-se a possibilidades de teste sistemático dos juízos tidos como verdadeiros. Uma das características do conhecimento científico é ser sistemático, e quando qualquer dos seus pontos está colocado em cheque, todo o conjunto é posto à prova. Aceito este princípio, simplifica-se a questão metodológica, porque fecham-se em três opções as possibilidades de trabalho:

1. a pesquisa trabalha com regras existentes, em caminho que busca a validade do resultado, com um tipo de método;
2. a pesquisa experimenta casos que apresentam resultados esperados, visando amplificar para o nível de regra, com outro caminho;
3. a pesquisa constrói experimentalmente uma regra que nega as anteriores, a partir de resultados inesperados.

Como pode ser observado, abrem-se três perspectivas onde as duas primeiras operam sob a lógica binária – sim/não – e a terceira admite associações analógicas, nos níveis mais próximos do “talvez”. Por isso, aproximam-se as instâncias de Parmênides e de Heráclito para, como um “Shakespeare” mais contemporâneo e mais tolerante, estabelecerem as pistas de referências para a discussão sobre metodologia que começa a partir do próximo tópico.

A árvore, as flores e os frutos.

A história mostra que as primeiras formas do conhecimento são ingênuas, provenientes da tradição e resultantes de ações espontâneas ou acidentais. Naquele momento, a busca do saber não era uma disciplina, um fundamento da cultura, como hoje entendemos e, por isso, desde as primeiras concepções de mundo encontramos a presença do mito e das muitas explicações arbitrárias, construídas para toda sorte de evento que se ponha em dúvida. O papel do mito¹² sempre foi mesmo o de surgir como “verdade”, longe das explicações racionais¹³. Este condição que hoje nos parece absurda é fácil de entender porque continua presente em nosso cotidiano. Afinal, o contato do ser humano com a realidade não se dá como uma relação entre uma cabeça pensante e uma circunstância, que somente pode ser vista de modo objetivo. Se assim fosse a vida seria insuportável, tal o rigor e a precisão de atos e palavras que seríamos obrigados a atender.

Com a decadência do mito surgem tentativas para as explicações racionais, mas não é sobre isso que se pretende agora conversar. Creio que mais interessante é saber que a diferença entre mito e razão não está nas suas origens, ou seja, não é o fato de se originar em suporte lógico, para uns, ou na crença incondicional, para outros, que terá maior ou menor validade. O que faz a distinção é a posição em que se situa o pesquisador, porque a validade deles irá depender muito mais da maior ou menor opressão com que os conceitos tidos como “verdadeiros” se colocam diante de nós, tanto faz que sejam lógicos ou não. A questão, portanto, não está em se considerar a possibilidade de convivência entre a razão e a emoção como algo de menor importância, como forma de condenar condutas presentes em nosso cotidiano ou para repelir qualquer tentativa de introduzir no debate acadêmico atitudes analógicas, como já foi tocado no tópico da página 23.

O que importa mesmo é se adotar posição lastreada em conceito operacional de conhecimento, que se entenda das suas fontes (por exemplo, o papel da relação teoria/prática) e o que se pensa sobre o peso da ignorância no processo de aprendizado. O que não quer dizer que se proponha o abandono de certas regras míticas na montagem de uma intenção de pesquisa. No tópico seguinte, é apresentado o desenvolvimento

do conhecimento em comparação aos níveis lógicos de pesquisa, onde se percebe uma certa arrumação na disposição das peças que pode ser interpretada ainda como mito.

Que não se entenda então como mito algumas características inerentes ao sistema de pensamento – por exemplo, a noção de ser o todo maior que a parte – ou aos procedimentos que regem a lógica da pesquisa. Afinal de contas, da mesma maneira que para a árvore há uma ordem natural em que as flores precedem os frutos, o uso da noção de tempo diacrônico¹⁴ pode também ser natural e prescindir de qualquer explicação.

A lógica de três termos, em três tempos.

Os tempos da Ciência.

O primeiro tempo pertence à história do conhecimento, marcado por três níveis de complexidade das ciências. Romero (op. cit), considera o primeiro deles como o das ciências **descritivas, definidoras e classificadoras**, que cuidam de inventariar a realidade mais próxima de nós.¹⁵ Costumam ser precisas e rigorosas em determinar o que são as coisas sob o seu domínio teórico e, se possível, fazer a sua catalogação ou classificação, dispendo em sistemas de generalidade crescente. Para a fase descritiva corresponde a etapa em que a Filosofia, com forte cunho metafísico, sustentava-se com o apoio da lógica do ser, como pensa LUCKESI.

O escalão seguinte, para o mesmo Romero, ultrapassa a descrição em direção ao estudo de componentes, propriedades, funções e suas respectivas relações, como a Física¹⁶, quando ocorre clara mudança de complexidade:

...a física estuda os fenômenos sob sua incumbência, como as demais ciências enumeradas até agora, como fenômenos perceptíveis (sons, cores) porém agrega uma interpretação que vai além do plano sensível porque propõe explicações de fatos referindo-se a outros fatos não percebidos sensorialmente, estabelecidos hipoteticamente por raciocínios ou cálculos corroborados com experimentos...

A mudança de nível significa a passagem do plano sensível para o plano inteligível, isto é, supera-se o limite do experimental (o visível, o audível, o tangível) para que se estabeleçam relações de **causa e efeito**, com as ciências analíticas ou explicativas. Este é o umbral por onde a Filosofia se insinua – com a questão metodológica, por exemplo – porque a sua presença é o passo que.. *problematiza o chamado conhecimento sensível, denuncia a problematização de toda a estrutura cognoscitiva humana, que não pertence à ciência, mas, à filosofia, na chamada teoria do conhecimento.*

Sabe-se que o pensamento medieval esteve subordinado ao dogma religioso, período em que a lógica do ser foi substituída pela lógica do existir, segundo a classificação do mesmo LUCKESI. O período renascentista revela os filósofos propondo estudos sobre a totalidade do saber e a Ciência (como hoje a entendemos) começa a se constituir.

Neste momento já é possível imaginar que a busca por explicações mais consistentes torna-se imperativa para o desenvolvimento do pensamento científico, e dois fatores são decisivos. O primeiro, porque o pensamento crítico - filosófico ou científico, não importa - passa a se expressar mediante a diversidade espiritual e lingüística de cada povo, em contraste com a homogeneidade do pensamento medieval e não mais pensado e escrito em latim - pode-se dizer, até, em um latim canônico.

O segundo fator se explica na característica da Idade Moderna, que procura estudar o conhecimento na compreensão das organizações da sociedade, estabelecendo o suporte que permitiu, na Idade Contemporânea, o enfrentamento de múltiplos problemas. Naquele momento, acontecimentos se sucediam ininterruptamente, muitas vezes simultaneamente, rompendo com o ritmo até então vigente e que, para LUCKESI, transformou o rumo do pensamento humano, derrubando sistemas e crenças, poder e "verdades" (p. 118):

Diante disto, o discurso filosófico diversificou-se e tomou várias direções, orientando-se ora para uma tendência espiritualista, de retorno à interioridade do indivíduo, ora para uma tendência prática ligada à ação humana. Assim, a experiência filosófica variará entre uma postura idealista e outra materialista, originando delas várias doutrinas como: o pragmatismo, o intuicionismo, o historicismo, a fenomenologia, o marxismo, o existencialismo e outros.

Tudo acaba por construir as condições necessárias para que o escalão constituído pelas chamadas ciências humanas encontrasse o seu paradigma: a possibilidade de **saber o que é** (descrição) e de **saber porque é** (explicação), e de se sentir em condições de interferir na realidade querendo **saber como "seria"** (compreensão).

Os tempos da pesquisa.

Entre muitas publicações sobre investigação científica, nota-se que o termo **pesquisa** costuma ser definido como atitude sistemática de busca de dados que permitam descrever, explicar ou modificar determinada realidade. Para alguns (CERVO & BERVIAN, p. 65), a pesquisa é *"uma atividade voltada para a solução de problemas. Seu objetivo consiste em descobrir respostas para perguntas, através do emprego de processos científicos"*. Destas idéias, pode-se inferir que:

a. é possível distinguir três tipos distintos, interdependentes e com complexidade crescente de pesquisa, correspondentes a três tipos de pergunta;

b. além da exigência de se ter uma pergunta para que a pesquisa se formalize, são necessários roteiros que possibilitem testes de verificação e a utilização de técnicas e métodos adequados.

O primeiro tipo de pesquisa é o mais simples e o mais rigoroso, embora nem sempre seja o mais prestigiado. Constitui-se como pesquisa descritiva, que responde ao que se pergunta descrevendo dados, fenômenos ou objetos. É o nível mais elementar por ser regido pela lógica binária típica do discurso verbal – “tal coisa é isto ou aquilo”, por exemplo – embora indispensável no caso de se pretender atingir os níveis seguintes.

O segundo tipo implica possibilidade de análise ou de explicação das relações entre dados, fenômenos ou objetos trabalhados no nível anterior, com o objetivo de se **confirmar ou não** relações supostas. Contém dificuldades maiores que o tipo primeiro, mas o grau de complexidade que a pergunta sugerir é fator determinante para expandir até o nível precedente a sua influência. Ou seja, quanto mais complexa for a fase analítica, tanto mais complexa será a fase descritiva.

O terceiro tipo de pesquisa atinge o plano projetivo. Dos três, é o mais sofisticado porque supera o imediatismo das respostas estatísticas de alta previsibilidade ou a evidência da observação indutiva, em busca de riscos maiores. Situa-se além dos pontos que dizem o que são os dados, fenômenos ou objetos (**descrição**) ou que dizem porque tais dados, fenômenos ou objetos acontecem (**explicação**), para procurar relações analógicas ou qualitativas, sem garantia ou certeza prévia (**compreensão**). É mais dependente da vontade do pesquisador, que interfere diretamente no rumo da pesquisa superando limitações comuns aos tipos precedentes e que, por isso mesmo, confere a ela ser um ensaio, uma tentativa, uma busca de possibilidades, prováveis ou não. Os três tempos do desenvolvimento da Ciência (descrição, explicação e compreensão) são análogos aos três tempos da pesquisa (descrição, explicação, proposição). Cabe agora compararmos os dois primeiros com o terceiro termo – o Método - que também possui três tempos, como se mostra a seguir.

Os tempos do Método.

O século XVII, com a descoberta do método para a Ciência, trouxe a confiança do ser humano em conhecer e controlar a natureza mediante ordem (hierarquia) e interpretação racional da realidade. Foi assim com Newton na Física, na Química com Lavoisier, na Biologia com Darwin, na Economia com Adam Smith, na Sociologia com Comte, etc..¹⁷

Apesar de tantas conquistas, o comportamento científico, até o século XIX, ainda se norteava em explicações que se adequavam à percepção do mundo por intermédio dos sentidos e, principalmente, sob a lógica “a realidade é o que é”, como pareciam afirmar as teorias reguladas pelo mecanicismo e pelo determinismo. Entretanto, nos anos 20 do século passado, Heisenberg¹⁸, ao formular o princípio da incerteza, pôs em sobressalto a formulação racional. Conhecido como “Princípio da Indeterminação”, provocou implicações na questão do método porque deixou sob suspeita a noção hegemônica da lógica clássica.

Método em sua primitiva construção grega (meta+hódos) significa “ao longo de um caminho”. Como caminho, liga necessariamente dois pontos, pelo menos. A questão é saber que pontos são esses e de quantas maneiras o caminho pode ser percorrido. Os dois pontos, articulam a pergunta (ou problema) da pesquisa e a sua respectiva hipótese (ou resposta provisória), da mesma maneira que se articulam, respectivamente, prática/teoria, realidade/idéia, experiência/razão.

Quanto aos caminhos, se adotamos dois pontos, somente poderemos percorrê-los de três formas usando-se a mesma lógica de três termos. Pode ser percorrido partindo-se do ponto **A** para o ponto **B**; pode ser percorrido partindo-se do ponto **B** para o ponto **A** e, finalmente, pode ser trabalhado com contatos simultâneos entre os dois pontos, como se verá no próximo tópico.

E o gatinho de Cheshire [CARROLL, p. 82] tinha razão...

O Gato apenas sorriu ao avistar Alice. Achou que ele parecia afável. Mas como tinha garras muito compridas e dentes bem graúdos, sentiu que devia tratá-lo com respeito.

Gatinho de Cheshire – começou a dizer timidamente, sem ter certeza se ele gostaria de ser tratado assim; mas ele apenas abriu um pouco mais o sorriso. ‘Ótimo, parece que gostou’, pensou ela, e prosseguiu: - Podia me dizer, por favor, qual é o caminho pra sair daqui?

- Isso depende muito do lugar para onde você quer ir – disse o Gato.
- Não me importa muito onde... – disse Alice.
- Nesse caso não importa por onde você vá – disse o Gato.
- ...contanto que eu chegue a algum lugar – acrescentou Alice como explicação.
- É claro que isso acontecerá – disse o Gato – desde que você ande durante algum tempo.

Isso Alice viu que era impossível negar.

Este diálogo somente parece ser surrealista porque se dá entre uma garota (Alice) e um animal, mas o conteúdo se presta bem para iniciarmos aqui conversa sobre caminhos e rumos, lugares de partida e de chegada. De fato, quando Alice pede sugestões – ou seja, quando “pergunta” – para escolha do “*caminho para sair*” da situação supostamente incômoda – revelado pelo tom quase de súplica –, percebe-se que ela está com algum problema e a escolha do caminho serve como primeira atitude de busca de solução.

Assim, a primeira referência do percurso (ponto A) já está prescrita: trata-se de identificarmos que situação problemática nos incomoda, porque nos incomoda e o que pode ser pensado como sua superação. Recomenda-se ter em mente agora a outra referência para contato (ponto B) que, ainda por analogia ao momento de Alice, significa o lugar para o qual deveremos caminhar. Este lugar é construído em projeto, trata-se de suposição e funciona como uma resposta provisória e conhecida como a hipótese de trabalho.

O método então é o caminho que ira articular os dois citados pontos (A e B), estabelecendo a ponte que liga a pergunta revelada na experiência (prática, portanto) à possível e suposta resposta ou hipótese, construída racionalmente (teórica, portanto). Em outras palavras: método é o que articula a teoria à prática, a prática à teoria ou o que resulta do uso simultâneo dos pontos de apoio.

O diálogo entre Alice e o gato nos serve porque contém uma boa lição: antes de se pensar e de se iniciar qualquer discussão sobre métodos, cabe verificar se estão claramente definidas a situação problemática (a pergunta e a suposta resposta), para que então, indicados os pontos de partida e de chegada, se possa escolher o caminho mais adequado. Entretanto, há necessidade de se fazer pequeno ajuste na formulação da metodologia escolhida (pergunta + hipótese + método) porque os percursos lógicos (do ponto A para o ponto B ou do ponto B para o ponto A) produzem apenas dois caminhos, enquanto o terceiro somente pode ser trilhado se as relações entre os dois pontos se dão simultaneamente.

Estas três possibilidades são aqueles mesmos três tipos de pesquisa indicados no tópico sobre Shakespeare e Parmênides (p. 23)

A problemática da problemática, com apoio do ditado popular.

O atleta Dario¹⁹, conhecido como “Dadá Maravilha”, personagem presente no folclore do nosso futebol, cunhou algumas frases que se tornaram célebres. Uma delas, afirma que somente ele, o helicóptero e o beija-flor conseguem “parar” suspensos no ar. Outra, que aqui nos serve de inspiração, diz que existem sempre correspondências entre

“problemáticas” e “solucionáticas” (este último termo, de tão incomum que é, acaba de receber tarja vermelha no micro em que produzo estas linhas).

Embora a primeira (problemática) seja utilizada com certa frequência, o que interessa não é avaliar o acerto ou erro no uso da segunda. O que se pretende aqui é mostrar que o raciocínio é correto. Se a idéia contida na suposta frase do atleta é a de que **“para toda problemática corresponde uma solucionática”**, deve-se dizer que, do ponto de vista lógico, isto é uma verdade muito simples.

Para comprovar, basta ver como se apresentava e ainda se apresenta uma questão em prova de matemática, por exemplo. Se, no enunciado da pergunta, não for colocado à disposição do aluno conjunto de dados que permitem encontrar a solução, não pode ser considerado como “problema”. Do ponto de vista estritamente lógico, somente pode ser considerado problema aquilo que tenha solução.

A sabedoria popular já descobriu isso faz muito tempo: seja na versão “- o que não tem jeito, está resolvido”, seja com o dito “- o que não tem remédio, remediado está”. Em ambas expressões, nota-se que uma coisa depende da outra, como se estivessem a dizer que aquilo que não pode ser solucionado não deve ser considerado como problema.

Quem já teve a oportunidade de ler parcial ou inteiramente o livro O Homem que Calculava²⁰, sabe do que se está a falar aqui. Neste livro, o personagem Beremiz Samir, o personagem calculista, empreende viagem por terras onde hoje se situa o Iraque, na companhia de anônimo peregrino. Em tal aventura, enfrentam muitas situações que permitem a Beremiz encontrar solução para todo tipo de problema lógico. Uma rápida passada de olhos em qualquer um dos episódios faz perceber que, ao não se ter conhecimento de pelo menos uma das características que constituem o problema, não há solução possível.

Como exemplo, observe-se o caso rotulado como **Problema da pérola mais leve** (pp. 158 –159), assim narrado pelo autor:

Um mercador de Benares, na Índia, dispunha de oito pérolas iguais – na forma, no tamanho e na cor. Dessas oito pérolas, sete tinham o mesmo peso; a oitava, entretanto, era um pouquinho mais leve que as outras. Como poderia o mercador descobrir a pérola mais leve e indicá-la, com toda segurança, usando a balança apenas duas vezes, isto é, efetuando-se apenas duas pesagens?

Observe-se que há informações sobre quantidades (total de pérolas, incluindo-se aquela diferente, número permitido de pesagens) e qualidades (o uso da ferramenta de aferição, que deve ser conhecido

pelo desafiante), e a informação crucial: a pérola era mais leve. Saber apenas que o seu peso é diferente (em lugar de mais leve ou mais pesado) não ajudaria no encontro da solução. Veja-se o raciocínio do calculista:

Tenho oito pérolas iguais. Iguais na forma, na cor, no brilho e no tamanho. Rigorosamente iguais, diríamos assim. Alguém nos assegurou que, entre essas oito pérolas, destaca-se uma que é um pouquinho mais leve do que as outras sete, e que essas outras sete apresentam o mesmo peso. Para descobrir a mais leve só há um meio. É usar uma balança. E deve ser, para o caso das pérolas, uma balança delicada e fina, de braços longos e pratos bem leves. A balança deve ser sensível.

Mais lições no texto: o uso de ferramenta adequada (a balança) e as considerações que contextualizam o problema antes da escolha do caminho. O passo seguinte foi analisar a relação entre a quantidade de pérolas, a quantidade permitida de pesagens e a tarefa de descobrir aquela única pérola diferente das demais, condições suficientes para perceber que o melhor caminho não seria a de se aferir os pesos duas a duas (quatro tentativas). A solução pensada dividiu as pérolas em três grupos A, B e C, os dois primeiros com três pérolas cada, e o último com as duas restantes.

Com este jogo, configura-se o cenário adequado para a formulação de hipóteses, como nos revela o narrador:

1ª Hipótese – Os grupos A e B apresentam pesos iguais.

2ª Hipótese. – Os grupos A e B apresentam pesos desiguais, sendo um deles (o A, por exemplo) mais leve.

Na primeira hipótese (A e B com o mesmo peso podemos garantir que a pérola mais leve não pertence ao grupo A, nem figura no grupo B. A pérola procurada é uma das duas que formam o grupo C. (...)

Na segunda hipótese (A sendo mais leve do que B) é claro que a pérola mais leve pertence ao grupo A.

Para o teste da primeira hipótese, tomam-se as duas pérolas do grupo C para colocá-las uma em cada prato da balança, que indicará a mais leve. Para o teste da segunda hipótese, tomam-se duas pérolas do grupo A, repetindo-se o procedimento anterior. Se a balança ficar em equilíbrio, a mais leve é a terceira pérola; se houver desequilíbrio, a pérola mais leve estará no prato que subiu.

Do ponto de vista lógico, somente se poderá resolver um problema se a solução para ele estiver insinuada em seu enunciado, o que não quer dizer que não existam dúvidas e suas respectivas soluções postas

analogicamente. A diferença entre as duas atividades é que, na primeira, trabalha-se com altas taxas de previsibilidade, com processos controlados e resultados explicados previamente. Já no segundo caso dá-se o oposto, com resultados imprevistos em processos quase anárquicos²¹. Isto parece indicar dubiedade no conceito de pesquisa e, de resto, também no de Ciência.

Aprendendo com Juarez Soares²².

Do mesmo jeito que fazem os seus colegas, Juarez Soares também cunhou bordão próprio, usado em comentários sobre jogos de futebol, principalmente. Para ele, *"uma coisa é uma coisa e outra coisa é outra coisa"*. A lembrança dessa frase vem em razão do desfecho do tópico anterior, quando fica insinuada dúvida sobre o uso do termo Ciência em situações diferentes.

A dúvida tem cabimento porque quando se fala em Ciência é sempre bom procurar saber sobre qual delas está se falando. Há uma Ciência enquanto discurso, situada no plano teórico, onde se armazena a informação conhecida sobre aquele recorte da realidade. Enquanto discurso, portanto, trata de experiências já realizadas ou especula sobre novas experiências, sempre submetido ao rigor da linguagem verbal. Nesses casos, estamos falando de Ciência como conhecimento científico, que trata do universal de modo sistemático e metódico (qualquer calor, em qualquer lugar e em qualquer tempo, dilata qualquer corpo).

Outra coisa é se falar de Ciência enquanto processo, quando importa menos saber que a dilatação ocorre e, mais que isso, saber que embora previsível (porque poderá não ocorrer) talvez contenha informações ainda não percebidas. Assim, estamos a falar de Ciência enquanto pesquisa, operando na instância concreta, com resultados imediatos, tocando a nossa sensibilidade quando se submete a todo tipo de influência, observando um caso particular (um determinado calor, em determinado lugar e em determinado tempo, dilata determinado corpo em determinadas condições).

Mas há ainda lugar para outra concepção, quando se trata de averiguar os processos de descoberta ou de ruptura na racionalidade. Para esses, deve-se assegurar o sabor de aventura, como pensa FERRARA:

Onde está o prazer do conhecimento? No reconhecimento da tradição!? No domínio de uma classificação!? Na descoberta do sujeito que conhece!? Na revelação do objeto que envolve o homem!? Na união epifânica entre o ser que conhece e o objeto conhecido!? Uma questão simples: que nos ensina a ciência?

Fazer ciência não consiste em saber o que é científico sacramentado pelo rigor de um patrimônio cultural rigorosamente definido e defendido, mas fazer ciência consiste em desenvolver uma atitude perante o objeto.

Fica mais ou menos visível que há três formas distintas de se pensar em Ciência, todas conhecidas pelo mesmo nome: Ciência, enquanto conhecimento consolidado, enquanto Teoria; Ciência, enquanto experiência subordinada às restrições do aqui/agora, restrita, particular, mesmo que reiterando informação já conhecida; Ciência, enquanto invenção ou descoberta, enquanto possibilidade de crítica e refutação de supostas “verdades”.

Logo, cabe parodiar o bordão afirmando que **uma Ciência é uma Ciência, e outra Ciência é outra Ciência.**

O Método e a crise da Estética.

O método racional, para sermos honestos, tem seu charme. Ele é muito conveniente porque não agride as convenções, porque não cria “problemas” com o que está aceito como “certo”, porque enfim não produz surpresas desagradáveis. Preferindo trabalhar com os percursos clássicos da lógica (dedução e indução), acabou por criar um padrão de expectativa para as experiências, e esse padrão por tornou-se um modelo estético. Em outras palavras: esse padrão estabeleceu uma **imagem** de ciência.

Mas, para KUHN, alguns estudos sugerem possibilidades de nova imagem para a Ciência por razões intrínsecas a ela, como a incapacidade de suas diretrizes metodológicas ditarem uma única conclusão para várias espécies de questões científicas. Segundo ele (p. 23),

Um elemento aparentemente arbitrário, composto de acidentes pessoais e históricos é sempre um ingrediente formador de crenças esposadas por uma comunidade científica específica numa determinada época.

As “crenças” - que KUHN considera como **Paradigma** - aceitas em determinada época admitem o elemento arbitrário, mesmo com utilização de instrumentos adequados e em experiência controlada, que...

emerge apenas para aquele que, sabendo com precisão o que deveria esperar, é capaz de reconhecer que algo saiu errado.

Entenda-se o “saiu errado” ou o “elemento arbitrário” no mesmo molde da “mágica” indicada por FISCHER (como já vimos antes na página 12): um acontecimento novo, original, imprevisto, não traduzível para os códigos conhecidos de linguagem. Esse acontecimento é o que se pode chamar

de invenção ou ato criador, presente na síntese da atitude científica, em caráter desafiador.

FEYERABEND, em livro publicado sob o sugestivo título *Contra o Método*, apresenta mais argumentos em favor dessa revolução conceitual: diz que...

A ciência é um empreendimento essencialmente anárquico.

Por isso, aconselha que se faça experiência subordinada à crença em único princípio que não inibe o progresso: "Tudo Vale."²³ Defende também a possibilidade de se construírem hipóteses que contradigam teorias confirmadas; pensa, enfim, que qualquer idéia, por mais antiga ou mais absurda que pareça ser, é passível de servir ao desenvolvimento do conhecimento.

Em idêntica posição está POPPER (p. 23), que defende concepção de trajetória para a Ciência baseada em três etapas: o problema que justifica a pesquisa, a hipótese que define o rumo da investigação e a tentativa honesta de refutar os seus resultados²⁴.

Na prática, a teoria é a mesma.

Dizem os dicionários que **Teoria** é "*conhecimento especulativo, puramente racional*" ou "*conjunto de princípios fundamentais de uma arte ou ciência*". Para **Prática**, as definições indicam "*uso, exercício, experiência*". Colocados dessa maneira, os dois termos parecem mesmo coisas s-e-p-a-r-a-d-a-s, possibilidade que a racionalidade clássica, combatida no tópico anterior, acentua na perspectiva do idealismo *versus* realismo, isto é, no confronto do método dedutivo com o método indutivo.

A visão binária de confronto – ou uma coisa, ou outra – por si só já é indesejável por acentuar a idéia de exclusão, mas o risco maior é deixar transparecer que há entre a Teoria e a Prática a divisão de tempo, isto é, mais que coisas distintas, que acontecem uma coisa depois da outra. Ou seja, o risco é indicar que entre ambas não existe simultaneidade, mesmo que sejam coisas separadas. Creio que firmar juízo sobre os dois termos é fundamental para a discussão sobre método e, para isso, ilustro a nossa conversa com a ajuda providencial do músico Tom Zé.

Em entrevista gravada faz alguns anos²⁵, o assunto girava em torno da infância e da adolescência de Tom Zé, na cidade de Irará/BA, e se perguntavam todos como explicar sua formação intelectual tão sofisticada aparentemente, se poucos recursos havia para um ensino formal de qualidade, em região distante da capital do estado, há muitos anos atrás.

Tom Zé com o seu jeito caboclo começou a falar das maravilhas que ele descobrira na capacidade de pensar, a partir de suas experiências com Histórias em Quadrinhos.

Lembro-me bem do exemplo que ele apresentou, ao se referir ao zelo que ele dedicava aos poucos exemplares que conseguia daquelas aventuras de “heróis” americanos que saíam a matar, a torto e a direito, qualquer índio que encontrassem pela frente. Imagine-se a cena, em que o jovem Tom Zé, cuidando das revistas como preciosidades e como fonte de sabedoria, se postava a perguntar:

Como explicar que a flecha que está na mão do índio do quadrinho à esquerda é a mesma que aparece no corpo do soldado morto do quadrinho à direita²⁶?

A situação a que ele se referia é a de página de revista com desenhos sem diálogos ou legendas, em que um quadro apresentava índio arremessando uma flecha contra alvo não identificado; no desenho ao lado aparecia um soldado, com flecha atravessada em seu corpo, com as roupas manchadas de sangue, morto e sem a figura daquele índio visto no quadrinho anterior que, supõe-se, seja o autor da flechada. A pergunta feita por Tom Zé, e cuja resposta todos nós queremos também saber é: o que liga a experiência do quadrinho A com a do quadrinho B?

A Teoria, sim, a Teoria. A possibilidade de abstração é que possibilita expandir o ato de perceber visualmente as duas figuras, em tempos diferentes – vê-se, antes, a figura da esquerda e, depois, a da direita, conforme aprendemos desde cedo – para construir processo lógico de causa e efeito. Alguns desenhos são tão sofisticados que chegam a pôr legenda indicando “enquanto isso”, ou seja, fazendo o leitor admitir que as duas ações são simultâneas, mesmo depois de já termos passado os olhos pela anterior, rompendo com a noção rígida de tempo cronológico.

Assim, cabe perguntar: ler histórias em quadrinhos é, como alguns poderiam sugerir, uma coisa apenas prática?²⁷

Claro que não. Mais que isso, revela o grau de complexidade que possui, ao exigir conhecimento prévio do processo, das suas regras e dos seus códigos de comunicação – onde “PAF” significa ruído de pancadaria, por exemplo, além de representações de idéia (uma lâmpada acesa), de sono (carneiros pulando cerca) e de tantas outras mais.

Da mesma maneira que, para dialogarmos em algum idioma, necessitamos conhecer previamente os códigos, as regras de combinação e o repertório mínimo que assegurem algum tipo de interlocução, também para entendermos uma história em quadrinhos teremos que possuir,

previamente à experiência, domínio sobre procedimentos básicos. Não importa muito saber aqui se esses procedimentos se dão conscientemente, ou não. O que importa mesmo é ter em mente que a ação da flecha saindo das mãos do índio e a ação seguinte, penetrando no corpo do soldado, não foram vistas, mas constituem-se sob a forma de **imagens** construídas mentalmente, estabelecendo nexos entre os estímulos recebidos na percepção das duas figuras.

É por isso que se considera complexo o ato de atribuir significado ao conjunto de quadros desenhados que constituem uma história em quadrinhos, onde o depoimento de Tom Zé confirma, em versão prosaica, o que nos ensina a Filosofia ou, mais precisamente, a Teoria do Conhecimento.

Consultando o “Pai dos Burros”.

A prosa corrida no tópico anterior nos conduziu a um dicionário, para observarmos afinal qual a definição mais correta do termo Imagem. Está lá, para não deixar margem a dúvidas, que imagem não é o que eu vejo, como se pode perceber na interpretação da história em quadrinhos, porque imagem é (p. 654) *“reprodução, no espírito, de uma sensação, na ausência da causa que a produziu”*.

Eis a questão: a imagem é resultado (reprodução, diz a definição) de estímulo recebido por sensação (qualquer dos sentidos, inclusive a visão) que somente se revela no momento em que cessa o estímulo, a causa daquela sensação. Com isso concorda GALEFFI ²⁸ quando, ao criticar o uso indevido da expressão **Museu da Imagem e do Som** – para ele, o correto seria Museu do Vídeo e do Áudio –, afirma que...

..Imagem é o que permanece na memória do sujeito ao término de cada sensação. E pois que o homem não recolhe apenas sensações visuais, mas, também, auditivas, tácteis, olfativas e gustativas, é evidente que as imagens que se registram na memória de um artista ou de um qualquer fruidor da arte alheia, poderão ser, ora tácteis, ora auditivas, etc., e não somente visuais.

Se nós visitarmos compêndio de filosofia na área da Teoria do Conhecimento, iremos encontrar episódio tão prosaico quanto o da história contada por Tom Zé, como a versão de HESSEN (p. 59):

Se formulamos o juízo “o sol aquece a pedra”, fazêmo-lo²⁹ fundando-nos em determinadas percepções. Vemos como o sol ilumina a pedra e comprovamos ao toca-la que a aquece paulatinamente. Para formular este juízo apoiamo-nos, pois, nos dados dos nossos sentidos – a vista e o tacto – ou, em suma, na experiência.

Mas o nosso juízo apresenta um elemento que não está contido na experiência. O nosso juízo não diz somente que o sol ilumina a pedra e que esta se aquece mas também afirma que entre estes dois processos existe uma relação íntima, uma relação causal. A experiência revela-nos que um processo segue o outro. Nós acrescentamos a idéia de que um processo resulta do outro, é causado por outro. O juízo 'o sol aquece a pedra' apresenta deste modo dois elementos, dos quais um procede da experiência e o outro do pensamento. Agora cabe perguntar: qual destes dois factores é decisivo? A consciência cognoscente apóia-se de preferência, ou mesmo exclusivamente, na experiência ou no pensamento? De qual das duas fontes de conhecimento tira ela os seus conteúdos? Onde reside a origem do conhecimento?

Está longe de mim a intenção de tentar responder – eu disse tentar responder – a qualquer das questões colocadas pelo prof. HESSEN, ao final do texto acima, mas vale repetir aqui e comentar uma das perguntas feitas por ele: o conhecimento consciente está apoiado na razão, no pensamento, na capacidade de pensar ou na experiência, no imediato, na prática, no resultado da operação sensível de uma observação?

A questão da origem do conhecimento humano ou a influência dessa origem no processo de conhecimento, para o mesmo HESSEN, pode ter um sentido *psicológico* como um sentido *lógico*. Para o segundo caso (do sentido lógico), o professor admite que há conexões entre se procurar saber 1) onde se fundamenta o valor do conhecimento e 2) quais são as suas bases lógicas, admitindo que elas não têm sido separadas a maior parte das vezes na história da filosofia. E eu acrescento: nem separadas, nem respondidas.

Mas há, no mesmo texto (p. 60), sugestão para se resolver a questão da validade do conhecimento, desde que suposta “*uma concepção psicológica determinada*”, como ele mesmo explica:

Quem, por exemplo, veja no pensamento humano, na razão, a única base do conhecimento, estará convencido da especificidade e autonomia psicológicas dos processos do pensamento. Inversamente, aquele que fundamente todo o conhecimento na experiência, negará a autonomia do pensamento, inclusivamente no sentido psicológico.

A sugestão do prof. HESSEN é apropriada para a discussão sobre o método, que já se anuncia como inevitável, após as conversas sobre relação entre teoria e prática, sobre imagem e, esta última, sobre as origens do conhecimento. A sugestão acima tem validade operacional no entendimento dos limites que se deve estabelecer para as questões

metodológicas, utilizando-se para isso nas fontes de conhecimento admitidas pela própria filosofia.

Discorrendo sobre a estrutura do processo do conhecimento, e com argumentação análoga, diz PASTERNAK:

Da mesma forma que o processo de pensamento, o processo de conhecimento envolve a consciência cognoscente (sujeito) e a realidade que se conhece (objeto). Na atividade do conhecimento, sujeito e objeto estão intimamente ligados, constituindo portanto uma relação de conhecimento. Nessa relação, a função do sujeito é apreender as propriedades do objeto, e a do objeto é ser apreendido pelo sujeito.

Dado que se trata de uma relação, esses elementos sofrem alguma alteração pelo contato. Daí a questão: no ato de conhecimento, qual elemento necessariamente se altera? O objeto ou a consciência? A partir dessa questão surge um terceiro elemento necessário a todo o conhecimento: a imagem do objeto que se produz na consciência do sujeito. A imagem é um fenômeno da consciência que guarda alguma relação com o objeto que a estimulou.

Uma conversa que começou pelo dicionário, que passou por enciclopédias, afinal retorna ao assunto imagem, que foi até matéria de artigo de jornal. Mas se o assunto é, por sua própria natureza, árido, de poucas intimidades e sem qualquer atrativo para as nossas preocupações cotidianas, também é verdade que há nele algo de surpreendente porque estamos a tratar da questão metodológica, pedra de toque de qualquer curso de pós-graduação, sem muitos mistérios e mostrando ser possível entendê-lo em sua simplicidade.

E para continuar a falar de metodologia, temos que passar a conversar sobre métodos e suas correspondentes posições relativas à estrutura do conhecimento – idealista, realista e dialética -, com suas respectivas imagens de objetos.

Três posições de apoio para o Método.

Segundo a concepção de PASTERNAK vista no tópico anterior, há três posições epistemológicas relativas à estrutura do conhecimento e delas derivam três maneiras distintas de formação de imagem e, em conseqüência, formam-se as três articulações possíveis entre os pontos A e B. Uma delas é a posição realista:

...segundo a concepção realista, na relação do conhecimento, o objeto é o elemento determinante, isto é, a formação da imagem do objeto depende exclusivamente das propriedades reais desse objeto.

Todo objeto possui uma estrutura real absoluta que, no momento do conhecimento se impõe à consciência do sujeito e nela se reproduz como realmente é. A função do sujeito, nesse sentido, é de uma receptividade passiva em relação às propriedades estruturais do objeto. Isso significa que existe no sujeito uma capacidade absoluta de reprodução e entendimento da realidade, uma espécie de razão inquestionável que se mantém fiel aos objetos que pretende conhecer.

A posição realista diz que as coisas existem de modo independente do ato de conhecer. Em outras palavras: é o mesmo que pensar ser o conhecimento tabula rasa que somente a experiência é capaz de preencher com conhecimento. Para a compreensão do método decorrente, aplica-se a expressão, originária do senso comum, **“do particular para o geral”** ou, na linguagem erudita, como indução. A segunda, a posição idealista,

tem concepção oposta á primeira, segundo a qual, na relação do conhecimento, o sujeito é o elemento determinante, isto é, a formação da imagem do objeto depende das propriedades estruturais absolutas, mas quem determina as propriedades e a estrutura da realidade é a consciência que conhece. Existe uma estrutura mental do sujeito, independente, que percebe a realidade com uma determinada forma e lhe atribui uma determinada estrutura sem que essa estrutura esteja realmente inscrita nos objetos. A realidade concreta é amorfa, caótica, carente de estrutura e regularidade. São as estruturas mentais do sujeito cognoscente que atribuem forma, estrutura e regularidade ao mundo real. Na relação de conhecimento o sujeito desempenha, portanto, uma função ativa, construindo espontaneamente todo o objeto que procura conhecer.

Dito de outra maneira, isto significa que somente existe aquilo que o intelecto é capaz de organizar, porque as coisas são finitas e somente podem existir se na possibilidade da sua apreensão pelo sujeito. A “coisa em si mesma” é inexistente, para o idealismo. Como diz o próprio nome, a idéia prevalece sobre a experiência. Para a compreensão do método correspondente, aplica-se a expressão, originária do senso comum, **“do geral para o particular”** ou, na linguagem erudita, como dedução. A terceira é a posição dialética como...

concepção da relação de conhecimento que integra numa síntese as duas primeiras posições. Sujeito e objeto se determinam mutuamente. Ambos são diferentemente estruturados na relação de conhecimento. Fora da relação de conhecimento, sujeito e objeto se confundem: ambos são reais; a consciência humana faz parte necessariamente da realidade objetiva e é por ela determinada da mesma forma que a determina. A vinculação processo real-processo de conhecimento, vinculação teoria-prática é o que define essencialmente a concepção dialética.

PASTERNAK completa as suas observações indicando que, nas duas primeiras posições (realismo e idealismo), a capacidade de entendimento do ser humano depende de uma razão universal, isto é, válida para qualquer lugar e para qualquer época, e por isso a-histórica, enquanto a dialética está fundamentada em condições exatamente opostas, isto é, na qualidade particular tanto do sujeito quanto do objeto e, por tanto, sempre contextualizada, conforme propõe HEGEL.³⁰ Outra diferença entre as posições é que o realismo e o idealismo operam articuladas pelo princípio de sucessão e hierarquia, ou seja, sob efeito de ver uma coisa depois da outra sob condições de valor (primeira premissa, segunda premissa) enquanto a dialética depende da simultaneidade.

Para compreensão do método correspondente, em geral aplica-se a expressão método dialético, sem versão correlata no plano do senso comum. Entretanto, embora seja usual, não é uma conceituação correta, sendo mais adequado utilizar o conceito de método hipotético-dedutivo, ou abdução.³¹ O tópico seguinte apresenta com mais detalhes cada uma dessas possibilidades de método, com comentários adicionais e com exemplos de procedimento e de suas articulações com as formas utilizadas para associação de idéias.

O meu Método...dos outros.³²

A escolha do método é consequência da relação pergunta/hipótese. A pergunta, já sabemos, é a dúvida ou problema que justifica a pesquisa e que aponta para a área de conhecimento onde nos interessa avançar. A hipótese é a resposta provisória que construímos para dar racionalidade ao processo da pesquisa. Ou seja, a hipótese é uma hipo+tese, uma tese construída sob certas condições, uma teoria (porque está fora da experiência ainda) elaborada por intermédio de raciocínios em resposta a algum estímulo sem constituir, até a sua verificação final, um juízo com validade geral. Mas é preciso tomar cuidado com o conceito porque este não é o sentido mais aceito, na sua versão da linguagem usual, com interpretações ambíguas.

É comum encontrarmos o termo Hipótese sendo utilizado como *fundamento, base, aquilo sobre o que algo é posto*, isto é, como apoio para alguma conclusão. Exemplo: se **X**, então **Z** – uma premissa que aparentemente garante uma conclusão, sem que haja entre os dois juízos articulação necessariamente lógica. Na linguagem coloquial de uso cotidiano, estas condições ocorrem com frequência, sem que se exija ser o argumento falso ou verdadeiro. Veja-se o caso em que a expressão **Não há democracia sem liberdade** permite admitir que Liberdade seja a hipótese da democracia, por intermédio de simples raciocínio.

Outra forma de se entender o conceito é quando se toma uma proposição que assume a condição de postulado, isto é, quando se usa

uma suposição dada como certa que, usada como premissa, garante necessariamente uma conclusão verdadeira. É o caso dos silogismos, como nos ensina RÊGO (p. 27):

Podemos dizer que o silogismo é a estrutura na qual três juízos estão relacionados de tal maneira, que um dos juízos vai derivar dos outros dois. No esquema $A=B$, $B=C$: logo $C=A$, C vai resultar $=A$, através de B .

O exemplo acima pertence ao âmbito dos raciocínios dedutivos, mas os indutivos podem ser compreendidos como hipóteses. Na indução, a conclusão de um argumento antecedente ocorre quando se constituiu como proposição que se acredita seja verdadeira, graças a princípios prévios também tidos como verdadeiros. As ciências da natureza, reconhecidamente experimentais, utilizam este caminho quando verificam, em reiterados resultados particulares, a possibilidade de uma “verdade” geral.

Finalmente, pode ser hipótese aquela suposição construída em situação imaginária sem que se tenha argumento racional que lhe sustente. Neste caso, a hipótese não assegura que a conclusão seja verdadeira porque não há certezas prévias. Esta condição corresponde a situações de descoberta, de invenção, quando se trabalha com pequenas taxas de previsibilidade.

Para se conseguir grau de originalidade na pesquisa é possível se trabalhar com qualquer das possibilidades indicadas acima para a hipótese, mas são poucas as garantias que isso realmente ocorra, quando os caminhos utilizados preferem as vias dedutiva ou indutiva. A dedução e a indução são meios para teste de hipóteses, mas ambas operam ou com juízos já consagrados (dedução) ou com informações retiradas da experiência, sem qualquer originalidade, buscando apenas observar a regularidade do fenômeno (indução).

De um lado, porque as ciências lógico-matemáticas, ao empregarem o método dedutivo, confirmam hipóteses sem especular sobre novos conhecimentos. A dedução – para PEIRCE, a doutrina das probabilidades -, cujo paradigma é o silogismo, explicita na conclusão algo já contido nas premissas e, a rigor, nada descobre ou inventa ao afirmar particularidade implícita na universalidade. É, assim, tautológica.

Considerado como o método que significa “raciocínio necessário”, a dedução apenas prova que algo “deve ser”. Como aplicação de regras gerais a casos particulares, parte-se de uma hipótese, cuja verdade ou falsidade nada tem a ver com o raciocínio, em direção a “conclusões igualmente ideais”. Neste tipo de inferência, graças ao silogismo dedutivo, uma regra aplicada a um caso conduz ao resultado que reitera conclusões já contidas como verdade nas premissas. Exemplo:

REGRA – **Todos** os feijões daquele saco são brancos;

CASO – Estes feijões foram retirados daquele saco;

RESULTADO – (**Logo, necessariamente**) Estes feijões são brancos.

É, pois, a inferência de um resultado, a partir de uma regra e um caso. Uma REGRA, que com uso do termo “**Todos**” elimina qualquer possibilidade de surpresa no resultado; um CASO, que indica a origem dos feijões, sem necessariamente ter que mostrá-los; um RESULTADO enfim que é compreendido pela razão, sem passar pela experiência.

De outro lado, as chamadas ciências experimentais têm, nas hipóteses, projeções da realidade como construções intelectuais provisórias e antecipadas, decorrente da observação do pesquisador. Entretanto, tais explicações prévias somente se tornam válidas se apoiadas na possibilidade da amplificação do resultado particular para a generalidade do universal.

Diz PEIRCE que indução é o raciocínio que forma proposições relativas a uma determinada questão que, testada experimentalmente – e a despeito de existirem premissas verdadeiras – poderá resultar verdadeira ou não. Na maioria dos testes poderá resultar verdadeira porque o que se faz é especular sobre a probabilidade ou não de uma regra. A indução, assim, mede o grau de concordância entre um fato e uma teoria, determina, pois, um valor. PEIRCE entende o raciocínio indutivo como um processo de investigação experimental, partindo-se de uma suspeita observada na manifestação de um fenômeno. Neste tipo de inferência, graças ao teste da hipótese, um caso, que apresenta um determinado resultado, poderá conduzir a uma regra. Exemplo:

CASO – Estes feijões foram retirados daquele saco;

RESULTADO – Estes feijões são brancos.

REGRA – (**Até prova em contrário**) Todos os feijões daquele saco são brancos.

É, assim, a inferência de uma regra – apenas provável – a partir de um caso e um resultado. Observe-se neste exemplo que o termo CASO significa um conjunto de experiências que produz um conjunto de RESULTADOS, ou seja, a indução requer como técnica auxiliar o reforço do argumento estatístico, para que a REGRA proposta se mostre confiável.

Finalmente, a abdução ou retrodução, que adota a posição dialética como caminho sugerido por PEIRCE para os que pretendem verificar um determinado fato, em seguida estuda-lo, para somente então encontrar a teoria correspondente. Nestes termos, a abdução consiste exatamente nisso: “estudar fatos e inventar uma teoria para explicá-los”, ou seja, serve para formar hipóteses explicativas, como operação capaz de introduzir idéias novas, mediante a sugestão que algo “pode ser”.

Por isso é um método de elaborar hipóteses, sem qualquer garantia positiva que isso se concretizará. Diz PEIRCE que, para aprender com fenômenos, este é o único caminho. Trata-se de um processo em que se parte de um fato insólito, invulgar, em busca da sua explicação. É, portanto, um tipo de inferência onde um resultado e uma regra, talvez, possam comprovar um caso. Exemplo:

RESULTADO – Estes feijões são brancos;

REGRA – (mas se) Todos os feijões daquele saco são (forem) brancos.

CASO – (então, talvez) Estes feijões foram (tenham sido) retirados daquele saco.

A dedução é método indicado para as chamadas ciências ideais (matemática, geometria) porque nele a experiência é dispensada, o ato de entendimento se dá por simples intelecção e a relação com o objeto de estudo é neutra. Por isso, não é recomendado para estudos na área das ciências humanas.

A indução tem sido utilizada com mais freqüência nas ciências que estudam os objetos naturais; a natureza do conhecimento é explicativa, isto é, de uma forma de conhecer mediante relações entre causas e efeitos e, embora a relação do pesquisador com o objeto de estudo seja neutra também, a sua característica de vinculação ao tempo e ao lugar oferece possibilidades de seu uso entre as ciências humanas.

A abdução é método exclusivo das ciências humanas porque somente se pode operá-lo se experimentalmente, se contextualizado às questões de tempo e de lugar e por suportar as tensões de um processo carregado de valores, ou seja, o único método que incorpora, positiva ou negativamente, a condição de não ser neutro.

O tópico a seguir faz simulações de pesquisa em que os três caminhos são indicados, com suas respectivas críticas.

Um jogo de simulações.

Contexto 1. (Para dedução)

O fato de a organização **O** utilizar a técnica **T** e com ela conseguir ótimos resultados neste ou naquele setor, não significa que, por dedução, se possa afirmar que a mesma técnica **T**, aplicada à empresa **E**, terá os mesmos efeitos.

Contexto 2. (Para dedução)

As empresas do ramo calçadista apresentam, em média, número **X** de empregados por loja, com produtividade de **P%** sobre os salários. Isto não significa uma regra, talvez uma tendência ou circunstância típica de

uma região ou de uma época do ano. Qualquer outra simulação que se possa montar encontrará dificuldades operacionais para se constituir como regra que, aplicada a outras organizações, produza idênticos resultados.

Contexto 3. (Para indução)

A empresa E 1, do ramo R, apresenta resultados acima do esperado após a adoção da técnica T; a empresa E 2, do mesmo ramo R, e mais as empresas E 3, E 4 e E 5, tiveram índices de aproveitamento semelhantes. Isto poderá se constituir em boa base de pesquisa, desde que se consiga ter informações sobre o universo completo do ramo de atividade em estudo, das características das empresas componentes e outros dados que permitam considerar, do ponto de vista estatístico, uma amostra confiável.

Contexto 4. (Para indução)

Os testes de opinião não devem ser considerados válidos para uma pesquisa científica. As chamadas pesquisas de mercado costumam oferecer informações que, sendo bem aproveitadas, podem se transformar em êxitos consideráveis de política de venda de uma determinada empresa, da mesma maneira que as ditas pesquisas eleitorais podem ser úteis na campanha de algum candidato. Mas ambas não são consideradas como pesquisa científica, sendo mais adequado considerá-las como estudo de tendências.

Contexto 5. (Para abdução)

Recomenda-se utilizar o caso indicado no contexto 1 para efeito de comparação entre duas empresas: 1) quando apenas em uma empresa o efeito ocorre, procurar saber porque falhou ou porque deu certo, alterando a regra primitiva.

Contexto 6. (Para abdução)

Em lugar de confirmar a regra possível de surgir no contexto 3, pode-se trabalhar procurando traços de semelhança entre os casos estudados como decorrentes da especificidade do ramo de negócio, ou do tipo de público consumidor, ou de forma de gestão decorrente do padrão do produto vendido. Ou seja, em lugar de se trabalhar com informações já conhecidas buscando-se apenas observar a regularidade com que acontecem, insistir na procura de traços de originalidade e acreditar que não há manual que possa prever todas as situações de comportamento humano.

No topo da [aparente] Torre de Babel.

A lembrança da Torre de Babel para título do tópico, veio a propósito da confusão que se estabelece hoje em torno da questão metodológica. Para alguns professores desta matéria³³, o termo **Metodologia** é pesado

demais para a simples tarefa de organizar a estrutura do pensamento e da sua respectiva narrativa (o projeto ou intenção de pesquisa e a monografia). De fato, a discussão metodológica é o que menos interessa para o estudante de pós-graduação, ainda que os procedimentos lógicos para uso do **método** sejam necessários.

Com a demanda crescente para uso de manuais de pesquisa, tem sido grande a procura por textos sobre esse assunto, o que tem permitido se contar com base bibliográfica cada vez mais ampliada. Uma breve consulta a alguns exemplares permite ver que não há muita diferença entre os conceitos publicados sobre método, mas, por alguns adotarem a expressão método científico, seguem um desvio de rota que nem sempre simplifica o que já é simples por natureza.

Começemos, mais uma vez, com a definição do senso comum (dicionário), como se reproduz a seguir:

método (methodo), s. m. Ordem que se segue na investigação da verdade, no estudo de uma ciência ou para alcançar um fim determinado; marcha racional da inteligência para chegar ao conhecimento ou à demonstração de uma verdade; processo ou técnica de ensino; modo de proceder; tratado elementar; (fig.) prudência; circunspeção; modo judicioso de proceder.

Apesar das definições indicadas em sentido figurado, é fácil perceber a idéia de roteiro ou *marcha* sobre algum caminho, de modo *organizado*, com base *teórica* definida e dirigido a um determinado *fim*, com objetivo previamente traçado. A única acepção que atrapalha é a que admite método como sinônimo de técnica, que deve ser interpretada na condição de meio, de ferramenta, de instrumento de apoio enfim, porque desde as suas remotas origens gregas, *techné* está mais vinculada a habilidades ou maneiras de se executar determinada tarefa.

Diga-se, a propósito, que método não se confundia com técnica nas suas origens também gregas, como se vê em dicionário etimológico:

método. Sm. (...)Do lat. Tardio methodus e, este, do gr. Methodos, de meta- e hodós 'via, caminho', já no sentido de investigação científica.

O vocábulo 'meta' é um prefixo de uso em muitos compostos conhecidos, que expressa as idéias de comunidade ou participação, mistura ou intermediação ou sucessão, como meta+carpo ou meta+linguagem, e entra na construção do conceito método com o sentido de percurso. Assim sendo, a tradução literal seria, hoje, "ao longo

de um caminho”, como interpretam ARANHA & MARTINS 9 p. 149), completando:

Sempre que nos propomos a fazer alguma coisa, como, por exemplo, uma viagem, o ato mesmo de viajar é precedido de inúmeras antecipações mentais pelas quais nos organizamos, a fim de que o acontecimento tenha o sucesso esperado. Quando fazemos com frequência a mesma coisa, desenvolvemos artifícios novos e formas que facilitam o nosso trabalho.

Assim, essas antecipações mentais são formas de racionalização do agir, de modo a melhor adequar os meios e os fins, impedindo que sejamos guiados apenas pelo acaso.

Em diversos textos publicados sobre este assunto, vemos argumentos semelhantes. Para CERVO & BERVIAN (p. 33)...

em seu sentido mais geral, o método é a ordem que se deve impor aos diferentes processos necessários para atingir um fim dado ou um resultado desejado. Nas ciências, entende-se por método o conjunto de processos que o espírito humano deve empregar na investigação e demonstração da verdade.

Os autores completam a definição com algumas recomendações: entender o método apenas como forma de acesso a resultados, mas que não deve ser interpretado com rigidez porque, segundo eles, “o método não substitui o talento, a inteligência do cientista”, porque tem limitações, não ensina a criar, e não tem a fórmula do “pulo do gato”.

ALVES-MAZZOTTI & GEWANDSZNAJDER (p. 3) pensam da mesma forma quanto aos limites que se deve impor à idéia de método como panacéia;

Um método pode ser definido como uma série de regras para tentar resolver um problema. No caso do método científico, estas regras são bem gerais. Não são infalíveis e não suprem o apelo à imaginação e à intuição do cientista.

Tratando do conceito de Metodologia, DEMO (p. 19) mostra os mesmos cuidados:

Metodologia é uma preocupação instrumental. Trata das formas de se fazer ciência. Cuida dos procedimentos, das ferramentas, dos caminhos. A finalidade da ciência é tratar a realidade teórica e praticamente. Para atingirmos tal finalidade, colocam-se vários caminhos. Disto trata a metodologia.

É um erro superestimar a metodologia, no sentido de cuidar mais dela do que de fazer ciência. O mais importante é chegarmos onde nos propomos chegar, ou seja, a fazer ciência. A pergunta pelos meios de como chegar lá é essencial também, mas é especificamente instrumental.

ABRAMO (pp. 9-12) nos diz que a atividade científica é socialmente condicionada e se faz em etapas ao longo do tempo. Por isso, segundo ele, desde os primeiros esforços para se entender o mundo – incluindo-se aqui as “*práticas tribais de magia*”- que se procura um método que racionalize o processo e que seja, cada vez mais, adequado às circunstâncias. A pesquisa científica sustenta-se em alguns princípios gerais que ele reduz a dois pontos: objetividade e sistematização de informações fragmentadas.

Mas na área das ciências humanas o que mais importa no controle do processo é saber que o sujeito e o objeto de conhecimento “se confundem”, isto é, que há pontos polêmicos e que subsistem até dúvidas sobre a cientificidade dos seus estudos, como indica o conjunto de regras propostas por Goode e Hatt, que ABRAMO reproduz e critica:

- a) o comportamento humano muda muito, e, por causa disso, não é possível fazer previsões científicas exatas;
- b) o comportamento humano é muito enganoso, sutil e complexo para permitir o uso de caracterizações rígidas e de instrumentos científicos;
- c) o comportamento humano só pode ser estudado por observadores que também são humanos, e estes acabam distorcendo os fatos, e, assim, não se pode obter objetividade;
- d) os seres humanos, a respeito dos quais se fazem previsões, têm a capacidade de, deliberadamente, alterar as previsões feitas.

De fato, se as quatro regras fossem inteiramente verdadeiras, a possibilidade de se fazer ciência humana não existiria, mas algumas questões levantadas ainda permanecem como capazes de intrigar. A primeira delas denuncia a impossibilidade de se fazer previsões exatas, o que hoje se sabe ser correto; a segunda desqualifica a tentativa de quantificar qualidades, o que também hoje é visto com desconfianças. Será mesmo possível “medir” qualidades? Esta é a pergunta que está por trás da regra **b**.

A terceira regra começa com uma verdade – somente humanos estudam humanos – mas nega esta característica como objetiva. Mas a imprevisibilidade do comportamento humano é parte da sua natureza, isto é, explica-se e, portanto, do ponto de vista do conhecimento crítico, é objetiva. A quarta e última regra é a única que deve ser desconsiderada, por negar as condições essenciais da convivência social, sem desprezar

que a impossibilidade da previsão não decorre da maior ou menor seriedade nas respostas e, isto sim, da condição humana de uso da liberdade.

Outro ponto em torno do qual se estabelece discussão é o uso de método científico em lugar de simplesmente método. O fato de se adjetivar método com a qualidade de ser científico não lhe dá mais credibilidade. Talvez esta expressão seja utilizada porque, reconhecendo a questão metodológica como de outro âmbito, procure-se dar mais objetividade à pesquisa, transpondo-se o ambíguo território do saber filosófico. Pode ser.

OLIVEIRA (pp. 56-59) reconhece a Metodologia como divisão da Teoria do Conhecimento, isto é, como parte da Filosofia, posição também adotada por MACHADO NETO b. (p. 5). Para o primeiro, a Metodologia...

estuda os meios ou métodos de investigação do pensamento correto e do pensamento verdadeiro que visa delimitar um determinado problema, analisar e desenvolver observações, criticá-los e interpretá-los a partir de relações de causa e efeito.

Como se pode observar, a definição contém a idéia de processo, sem fazer referências a um determinado objeto de estudo. Com mesmo princípio, a caracterização de método é feita com expressões como “*uma forma de pensar para se chegar à natureza de um determinado problema*”, ou simplesmente como conjunto de “*regras*”. O mesmo autor considera que a técnica acompanha o método como “*suporte físico*” ou ferramenta que auxilia nos procedimentos.

Para MACHADO NETO, há na atividade científica o estudo dos pressupostos, isto é, o estudo...

dos conceitos que o cientista há de encontrar previamente elaborados e definidos, ao começo de sua tarefa propriamente científica, ou seja, desde quando se dirige para a teoria e a pesquisa científicas. Para que o cientista possa trabalhar seu campo específico, este campo já se há de ter delimitado – o objeto – o caminho que a ele pode conduzir já se há de ter desbravado – método –, e já deve ser possível, percorrendo talo caminho, descobrir no objeto ou campo científico aquelas regularidades que chamamos leis...

Portanto, a discussão sobre tudo que anteceda a pesquisa, incluindo-se até a escolha do objeto, pertence ao território da Epistemologia – episteme=ciência; logos=teoria) –, ao ambiente da Filosofia da Ciência. Assim sendo, não caberia a expressão método científico.

Finalmente, há os que adotam a mesma palavra – método – com atribuições distintas, como se percebe no texto de LAKATOS & MARCONI (pp. 106-112):

Método e métodos situam-se em níveis claramente distintos, no que se refere à sua inspiração filosófica, ao seu grau de abstração, à sua finalidade mais ou menos explicativa, à sua ação nas etapas mais ou menos concretas da investigação e ao momento em que se situam.

Com uma contribuição às tentativas de fazer distinção entre os termos, diríamos que o método se caracteriza por uma abordagem mais ampla, em nível de abstração mais elevado, dos fenômenos da natureza e da sociedade.

Para as autoras, há o *método de abordagem*, a respeito do qual estamos a falar desde que se iniciou este tópico, que compreende o indutivo, o dedutivo, o hipotético-dedutivo (que já foi tratado como abdução³⁴) e o dialético, com outra contextualização³⁵. Mas há também os *métodos de procedimento*, como etapas “*mais concretas*”, que pressupõem uma atitude mais operacional que, segundo as mesmas autoras, “...*dir-se-ia até serem técnicas*”. São, ainda segundo as mesmas autoras, restritos à área das ciências sociais e “limitados a um domínio particular”.

Estes “métodos” estão indicados entre as páginas já citadas, das quais se retirou o resumo comentado que se vê a seguir. O primeiro deles – Método Histórico – é sugerido nos estudos de famílias e de organizações em que pesam as informações que permitem comparar situações recentes e passadas. O segundo – Método Comparativo – é sugerido para os casos em que dois contextos distintos são comparados. Por exemplo: a comparação entre as formas de colonização espanhola e portuguesa ou a organização das empresas norte-americanas e japonesas. O terceiro – Método Monográfico – é quase equivalente ao que se chama comumente de “estudo de caso”, um conceito ambíguo de pesquisa que ainda carece de definição mais objetiva e controle acadêmico mais rigoroso. Trata-se de estudo de aspectos particulares que possam eventualmente permitir generalizações mais confiáveis.

O quarto deles – Método Estatístico – é o que tem menos “status” de método. Segundo as autoras,

o método estatístico significa redução de fenômenos sociológicos, políticos, econômicos etc. a termos quantitativos e a manipulação estatística, que permite comprovar as relações dos fenômenos entre si, e obter generalizações sobre sua natureza, ocorrência e significado.

Como se pode ver, é instrumento para se obter descrição quantitativa de uma situação estudada. O quinto deles – Método Tipológico – tem semelhanças com o método comparativo, mas com diferenças nos propósitos. O método comparativo busca acentuar traços de qualidade do objeto investigado, enquanto o método tipológico avança no estudo comparado à procura de modelos ou “tipos”, para efeito de aplicação em outras realidades. Pode-se dizer que alinha-se com os estudos projetivos, enquanto o método comparativo permanece no nível explicativo.

De origem nos estudos antropológicos, o sexto deles – Método Funcionalista – que, pelo seu próprio nome, situa-se em ambiente de múltipla interpretação. Os termos **funcionalista** e **funcionalismo** já carregam alguma desvantagem por serem conceitos de origem naturalista. A noção de função é também utilizada nas ciências exatas, o que acaba por determinar cautela em sua utilização. As mesmas autoras advertem que é mais um método de interpretação que de investigação, exatamente porque considera a organização estudada – empresa, família ou sociedade tribal – como constituída por partes, cada uma delas desempenhando uma certa “função”.

O sétimo – Método Estruturalista – tem os mesmos problemas conceituais apresentados pelo precedente, pois o seu entendimento e sua interpretação estão comprometidos com o significado da palavra **estrutura**, em muitas áreas de conhecimento. Além disso, por ser desenvolvido por outro antropólogo³⁶, situa-se nos umbrais que limitam as interseções entre Cultura e Linguística, o que particulariza em demasia a possibilidade de seu aproveitamento.

E agora?

Algumas pessoas, que leram os rascunhos deste texto contribuíram com preciosa crítica, entre as quais a cobrança de um tópico que possa ajudar o iniciante em pesquisa a dar o primeiro passo. Por isso, o sugestivo título. O título repete a pergunta feita; - está tudo muito bem, está tudo muito bom, mas o que eu faço agora?

Ao pensar em fazer estas anotações, não tive a pretensão de elaborar um manual ou algo equivalente, “ensinando” como fazer pesquisa, mas reconheço que devo deixar anotadas aqui algumas idéias que poderão servir de incentivo. E como não se constituem mesmo como regras, as anotações vão sendo apresentadas subordinadas apenas à ordem alfabética.

As idéias vão passando pela nossa mente com muita velocidade e em quantidade tal que não conseguimos dar conta de tanta coisa ao mesmo tempo. Se você pensou em algo que pode servir ao seu estudo, anote imediatamente. Não deixe que a oportunidade passe, pois ela dificilmente voltará.

Basta escolher um tema pelo qual exista algum interesse. Não pense em temas “originais” ou “inéditos”, “modernos” ou “brilhantes”, porque os temas não são de uma determinada época ou de um determinado lugar, e nem devem se prestar a juízos de valor. O que se espera é que o tratamento do tema, isto sim, seja original. Qualquer tema serve, desde que contextualizado ao interesse da pesquisa. Escolhido o tema ou assunto, deve-se passar para o plano do objeto, que é o mesmo tema circunstanciado a uma dimensão de tempo e de espaço, a uma época e a um lugar, ou seja, “recorta-se” o tema ao sabor do interesse da pesquisa.

Cada “recorte” que for feito deve ser interpretado como uma vitória. O tema é por definição amplo, geral, constitui um assunto que pode ser estudado em qualquer lugar. A passagem do tema (o que?) para o objeto (onde?; quando?) é o primeiro recorte, porque se passa do geral que poderia interessar a muitas pessoas para a especificidade de um certo lugar e de uma certa época que, supõe-se, interessa apenas ao pesquisador.

Dito de outra maneira: o tema ou assunto corresponde ao geral; o objeto é o particular. O geral pode servir a muitas pessoas, mas o particular somente a você interessa.

ECO (p. 7) nos diz que um estudante de literatura iniciante é tentado a escolher como tema **Literatura Hoje**, por exemplo. Nada mal, se para tema. Para objeto, entretanto, aquele estudante deverá recortar tema tão amplo para definir com clareza alguns aspectos como: tipo de literatura (policial, aventura, infantil, ficção científica); origem (que lugar ou país); estudo sobre um único autor ou sobre uma determinada escola ou estilo; o termo **Hoje** deve ser considerado com precisão, para que não reste dúvida se é referência a uma data, a uma época, a um século ou a um período histórico, por exemplo.

Frente a outras, esta é dificuldade pequena porque no esforço pelo recorte há ainda apoio da justificativa e do objetivo da pesquisa. Ou seja: um mesmo tema (ou um mesmo objeto) estudado por pessoas diferentes, dificilmente terá as mesmas justificativas ou as mesmas razões e os mesmos objetivos ou os mesmos propósitos.

Guarde na memória a sugestão que nos oferece RÊGO (p. 16) quando, ao tratar da extensão e da compreensão dos conceitos, nos ensina que podemos distinguir o que um termo significa e o que um termo designa, o que ele entende respectivamente como os aspectos de compreensão e de extensão do conceito. Para ele, “a compreensão do conceito é dada por sua definição, e a extensão, por sua aplicação”, completando com uma ilustração:

“Existem conceitos que se relacionam entre si, por sua compreensão e por sua extensão. Tomemos estes três conceitos figura, triângulo e isóscele. A compreensão de figura é menor que a de triângulo, que, por sua vez, tem compreensão menor que isóscele. Estes três conceitos possuem relação entre si, no que concerne à extensão. Assim sendo, figura. Tem maior extensão do que triângulo, que, por sua vez, possui mais extensão do que isóscele”.

O tema, no exemplo acima, corresponde ao conceito *figura*; o objeto, ao conceito *triângulo*. Com a explicitação da justificativa e do objetivo, surge a especificidade da pesquisa, que no mesmo exemplo corresponde a *isóscele*. Ou seja, o tema é qualquer coisa, o objeto é mais ou menos uma coisa e a justificativa junto ao objetivo determinam que somente pode ser aquela coisa. Qualquer coisa pode ser figura, inclusive um triângulo, porque todo triângulo é uma figura, mas nem toda figura é um triângulo. Qualquer isóscele pode ser um triângulo, mas nem todo triângulo é isóscele.

Há de se dizer ainda que, do ponto de vista lógico, a relação entre compreensão e extensão é inversamente proporcional: quanto maior a extensão, menor a compreensão, quanto maior a compreensão, menor a extensão. O conceito figura possui ampla extensão, pode ser qualquer coisa e, por isso mesmo, a sua compreensão é mais trabalhosa. O conceito isóscele tem pouca extensão – além do triângulo, somente o losango pode ter mesma característica – e, por isso, é pouco extenso. Quanto mais geral for o tema, melhor para suportar a mudança do objeto de estudo sem grandes perdas na estrutura do projeto de pesquisa. Ao contrário, quanto mais restrito for o tema, maior a chance de qualquer mudança de objeto implicar na quase perda do projeto de pesquisa.

Igualmente ao personagem Didi Mocó³⁷, pergunte sempre: -“cuma”?, quando perceber que o seu recorte ainda sustenta dúvidas. A instância correspondente ao *isóscele* não deve deixar margens a qualquer dubiedade.

Junto a este esforço de sistematização lógica, vale também exercitar a associação de idéias utilizando-se de mecanismos simples e eficientes. Quando houver dúvidas em relação a um determinado conceito, ou quando este mesmo conceito suportar mais de uma definição, apele para o dicionário. Comece o seu trabalho fazendo a revisão conceitual daqueles termos que você considera importantes para a sua pesquisa.

Lápis e papel na mão, como diriam os mais antigos, como forma de lembrar a importância de não perder uma idéia ou para não se arrepender de não ter gravado a sugestão de uma leitura. Contra esta iniciativa, costumamos revelar às vezes dois hábitos que precisamos jogar no lixo: o de achar que nossa memória é ótima e que não precisamos anotar

coisas. – “Isto é coisa de gente velha”, costumamos pensar. O outro hábito, que está mais para a noção de preconceito, é o de não anotar certas idéias, lembranças, sugestões e associações que fazemos espontaneamente por acharmos que não servirão, por julgarmos precipitadamente que não nos interessa, por essa ou por aquela razão – ainda que, algum tempo depois, percebamos que as tais razões nunca existiram.

Mas por falar em preconceito, que tal começar a escrever algo, logo, logo? Aquilo que surgir em sua mente, passe imediatamente para o papel – ou para a tela do monitor, para ficarmos no mundo cibernético. Não se censure, não se recrimine por ter pensado nesta ou naquela idéia. Seja qual for o seu temor, acredite que somente há duas possibilidades: o texto resultará uma completa lástima, ou sairá maravilhoso. Não há como ocorrer um meio termo, se é o que você deseja que aconteça. Sendo duas as probabilidades, há 50% de chances de ser produzido um bom texto. Permita-me um conselho: faça deste ensaio inicial um laboratório, como forma de testar as suas idéias, mas guarde em lugar seguro, não revele o resultado, aguarde um certo tempo para depois fazer uma leitura crítica mais isenta.

Nada nesse momento deve ser entendido como definitivo. Se você estiver certo que aquele texto guardado na gaveta não serve, jogue fora e faça outro. Creio que na fase dos primeiros escritos, as dificuldades serão poucas. Há sempre um assunto sobre o qual há algum interesse, não é difícil contextualizá-lo, e falar sobre razões e propósitos para a pesquisa não é também tarefa das mais penosas.

O momento mais delicado, que certamente exigirá um pouco mais de atenção é o da elaboração da pergunta que justifica a pesquisa. A pergunta não é um juízo, mas apenas uma relação entre termos, e poderá ser verdadeira ou falsa. Por ser uma frase marcada com um sinal de interrogação, é considerada enunciado a ser testado pela pesquisa. A hipótese, como resposta provisória, é uma relação afirmativa entre conceitos e, por isso, um juízo. Ao contrário da pergunta, caracteriza-se por ser afirmativa, dentro do espírito binário de “algo ser” ou de “algo não ser”. Afirma-se que algo é, ou afirma-se que algo não é.

Pergunta, dúvida ou problema, como já se disse, é sinônimo de pesquisa e dependerá dela o sucesso da empreitada, mas a hipótese tem presença marcante no rumo da investigação. Para quem tem hábito de viajar em estrada à noite, sabe da importância da faixa branca situada à direita, entre a pista e o acostamento, muito útil para orientar o motorista que se sente ofuscado pela luz de veículo que vem em sentido contrário. Pois a hipótese é a **faixa branca** da sua pesquisa.

Quando você conseguir estabelecer a pergunta básica de sua pesquisa, lembre-se que a hipótese é resposta provisória, o que implica duas considerações. A primeira, a de ser resposta, isto é, a de responder provisoriamente ao que se pergunta. Não faça uma pergunta cuja resposta não tenha condições de existir, como já aprendemos com Dadá Maravilha. A segunda consideração é o fato da hipótese ser resposta provisória, significando que, ao final, as informações da pesquisa poderão confirmá-la ou não.

Rasgar e embolar papéis ou arrancar os cabelos, soltar suspiros e se sentir como a pessoa mais incapaz do mundo ou ameaçar abandonar o curso são, sem exceção, sintomas de normalidade. Todos os que se aventuram na área da pesquisa experimentam sensações de desânimo, pensam que não conseguirão enfrentar o desafio exatamente porque são pessoas normais, comprometidas com inúmeros outros afazeres e porque fomos todos submetidos ao mesmo padrão cultural da síndrome da perfeição absoluta ou do medo pânico ante a possibilidade do erro.

Saber que não sabe é a chave do sucesso. Como já afirmou Sócrates, ruim não é não saber, mas não saber que não sabe. Errar é parte integrante do processo de pesquisa e tem como trunfo o sabor da aventura. Hipóteses que contam com altas chances de acerto oferecem um brilho passageiro e falso ao pesquisador, porque com ela se aprende muito pouco. Quanto mais baixa for a chance de se confirmar a hipótese, maior a probabilidade da pesquisa encontrar resultados originais.

Tudo aquilo que constituir o seu primeiro esboço deve ser encarado como uma vitória pessoal significativa. A pesquisa não depende só de inspiração ou daquele talento especial, porque o cotidiano, matéria-prima essencial para qualquer pesquisa, pode ser tratado com muita simplicidade. Da mesma maneira que o texto final deve possuir linguagem acessível, também a montagem da pesquisa deve começar pelo simples. Consultas ao dicionário e à enciclopédia, acesso a endereços eletrônicos ou sites com dados que permitam a montagem de fichas, conversas com pessoas mais experientes e muita disciplina são recursos que somente dependem de sua decisão.

Uma das freqüentes queixas de alunos em cursos de pós-graduação é quanto ao difícil ajuste do “programa mental” para enfrentar os desafios impostos pela atividade acadêmica, isto é, quanto ao trabalhoso esforço de conciliar as atividades da rotina com as novidades trazidas pelo curso e ter que expor isto diante das outras pessoas. Esta é, de fato, a sensação desestimulante que muitas vezes acompanha os primeiros passos de muitos alunos porque é um momento de afirmação, combinado com muita insegurança. Não há o que fazer, senão aceitar que não existe antídoto, nós mesmos inventamos esse veneno para auto-inoculação, e esquecemos a fórmula de seu preparo, com nossas manias que oscilam entre ser a pobre vítima ou a virtuosa perfeição.

V, X e Z, as três últimas letras do alfabeto, representam as três últimas recomendações: escrever, escrever e escrever. Certa vez, perguntado se era capaz de prever no início da trama todo o desenvolvimento de seus personagens, famoso romancista sem demora respondeu: -"nunca sei o que irá acontecer; depois de pouco tempo, os personagens tomam conta de mim". Há alguma semelhança entre as sensações de um escritor e a de um pesquisador, porque a intenção ou projeto de pesquisa é apenas o início, sem qualquer previsão sobre os resultados, poderá corresponder ao esboço de um romance, por exemplo.. Da mesma maneira que na literatura, os fenômenos estudados também tomam conta do pesquisador, tornando-se sedutores e capazes de conduzirem a nossa mente a lugares antes não pensados. Mas, para que isto ocorra, "**é preciso estar atento e forte**".³⁸

NOTAS

- ¹ Arquiteto, professor de disciplinas de metodologia de pesquisa.
- ² No acompanhamento de trabalhos de mestrandos na Escola de Administração, na Escola de Belas Artes, na Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia e na Faculdade de Tecnologia Empresarial/FTE, para cujos alunos foi preparado este texto.
- ³ Há entre os conceitos de monografia, dissertação, tese e relatório diferenças não tão simples do ponto de vista formal, que serão tratadas mais adiante.
- ⁴ Não há o manual ótimo. Todos eles, de uma forma ou outra, ajudam o iniciante nos primeiros passos da pesquisa e na elaboração da monografia. O importante para o sucesso da empreitada é o aluno não deixar sem respostas as suas dúvidas e inquietações e, sobretudo, escrever tudo aquilo que lhe parecer apropriado. O manejo das informações e a confiança nos primeiros resultados valem mais que qualquer regra prévia.
- ⁵ Em outro momento do mesmo livro (p. 21), Bachelard diz: "a conquista do supérfluo provoca uma excitação espiritual maior do que a conquista do necessário. O homem é uma criação do desejo, não da necessidade".
- ⁶ O prefixo "sub" indica submissão e condição interior. O termo latino "jactus" significa o que entendemos hoje como jato: - arremesso, empuxo, lançamento.
- ⁷ O prefixo "ab" é utilizado no sentido equivalente ao que entendemos hoje como "diante de".
- ⁸ Parmênides de Eléia, filósofo grego (cerca de 515 – 440 a.C.) contribuiu na formação da metafísica ocidental com a sua distinção entre o ser e o não-ser. De sua obra, restou como fragmento **Da natureza**, produzida em versos, onde se subentende que "o que é, é; o que não é, não é. Quando não sendo, não pode vir a ser".
- ⁹ O prefixo "pro" aponta para o "lançamento" para o futuro, para **adiante**.
- ¹⁰ A herança é recebida; a fundação é construída com os nossos desafios, ainda que apoiados naquela.
- ¹¹ Heráclito de Éfeso (550 – 480 a.C.), dizia que a harmonia entre contrários é que rege a razão universal. A sua lógica de mudanças certamente está presente na dialética de Hegel.
- ¹² "M'ythos (grego) significa palavra, **o que se diz**. Isto quer dizer que, na sua origem, o mito "explicava" o mundo como verdade intuída.
- ¹³ Vale lembrar que o episódio envolvendo Galileu, em época mais próxima de nós do que do período dito "primitivo", também foi conflito entre mito e razão.
- ¹⁴ Uma coisa depois da outra, a ordem que rege a cronologia.
- ¹⁵ Para ele, ciências como a mineralogia, a botânica e a zoologia.
- ¹⁶ Romero não chega a indicar com clareza mas os seus argumentos apontam para as ciências físico-naturais, como a Física, a Química, a Biologia, a Geologia, a Astronomia, etc.

- ¹⁷ Isaac Newton firmou o princípio da gravitação universal, eliminando a dependência da ação divina. Antoine Laurent Lavoisier conseguiu pela primeira vez estudar separadamente os quatro elementos (água, ar, terra e fogo) até então tidos como insusceptíveis de análise científica. Charles Robert Darwin, estudou a evolução das espécies baseado no princípio da seleção natural. Adam Smith revolucionou o pensamento político da época. Fundou a Economia Política, a primeira das Ciências Humanas a se separar da Filosofia. Auguste Comte fundou a Sociologia, por ele chamada de Física Social. Na sua obra se inspiraram republicanos brasileiros – quando adotaram na Bandeira Nacional o lema positivista **Ordem e Progresso**.
- ¹⁸ Werner Heisenberg, autor de estudos sobre mecânica quântica, recebeu o prêmio Nobel de Física, em 1932.
- ¹⁹ Surgiu como jogador no Atlético Mineiro, passando pelos times Flamengo/RJ, Sport/PE, Bahia/BA, Internacional/RS, entre outros.
- ²⁰ Sob o pseudônimo de Malba Tahan, Júlio César de Melo e Souza produziu vasta obra sobre temática do oriente médio (Céu de Alá, Lendas do Oásis, Lendas sem Fim, Maktub, O Homem que Calculava, entre outros). Diplomado em Engenharia, foi professor de matemática do Colégio Pedro II no Rio de Janeiro. Fundou e dirigiu as revistas *Damião* e *Al-Kansme*, periódicos de recreação matemática.
- ²¹ No sentido de "ausência de hierarquia".
- ²² Jornalista esportivo paulista, com passagens pelas redes Globo e Bandeirantes, além de participações episódicas no programa **Cartão Verde** da TV Cultura/SP.
- ²³ Para o autor, está claro que "tudo Vale" não é a mesma coisa que "Vale Tudo".
- ²⁴ "Aqueles de nós que não estão dispostos a expor suas idéias ao risco da refutação não tomam parte do jogo da ciência".
- ²⁵ Programa Roda Viva, da TV Cultura/SP, retransmitido pela TV Educativa/BA.
- ²⁶ Tentativa de reproduzir o que ocorreu, mantendo-se o espírito de diálogo, sem alterar a essência da entrevista.
- ²⁷ Há muitas outras ações cotidianas que servem de exemplo. Abrir portas, verificando-se antes o tipo de maçaneta, é uma delas; ou a ação do atleta de futebol que prepara-se para chutar a bola, implicando relações de distância e força, combinadas com estratégias de posicionamento de seus companheiros de equipe.
- ²⁸ Romano Galeffi, doutor em Filosofia e em Estética, professor titular da Universidade Federal da Bahia, no artigo **TV/IMAGEM-RESTRICÇÃO QUE CONFUNDE** publicado no dia 13 de agosto de 1994, no jornal *A Tarde* – Suplemento cultural, p. 5.
- ²⁹ Vale lembrar que esta edição é portuguesa, isto é, obedece ao rigor gramatical lusitano.
- ³⁰ HEGEL concebeu a dialética como a junção da exterioridade e a interioridade (objeto e sujeito) em movimento, na conhecida regra da **Afirmção/Oposição/Conclusão**. Uma lógica de três termos, diferente das duas outras posições (**Afirmção/Negação**) que estão restritas a dois termos. Em sua obra, reconhece que utilizou fundamentos que já tinham sido pensados por Heráclito.
- ³¹ Para a Filosofia, abdução é um modo de argumentação onde uma das premissas é apenas provável, ao contrário do silogismo utilizado pela dedução e pela indução, quando as duas premissas, necessariamente, têm que ser verdadeiras.
- ³² O título é uma paródia ao livro **Meus poemas...dos Outros**, do poeta Heitor Prager Fróes, que traduz para a língua portuguesa originais de Baudelaire, Prud'Homme, La Fontaine, Dante e muitos outros, junto com versões feitas por ele para o francês, o inglês, o italiano e o espanhol de obras de Castro Alves, Raimundo Correa e outros poetas brasileiros. A ambigüidade sugenda no título é para homenagear o filósofo e matemático norte-americano Charles Sanders Peirce, autor de textos de onde copiei as bases para os meus argumentos. Enquanto no território da poesia é reconhecido o direito autoral, não se pode dizer o mesmo na área da Filosofia, que fundamenta as posições para os caminhos do método. E como não há "donos" das idéias, o que é de um, é de todos.
- ³³ A professora Elyana Barbosa, bacharel em Filosofia, com disciplina na pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia, rejeita o termo metodologia em favor de Procedimentos Metodológicos.
- ³⁴ As autoras consideram o método hipotético-dedutivo como aquele "que se inicia pela percepção de uma lacuna nos conhecimentos, acerca da qual se formula uma hipótese e, pelo processo de inferência dedutiva, testa a predição da ocorrência de fenômenos abrangidos pela hipótese".
- ³⁵ "Que penetra o mundo dos fenômenos através de sua ação recíproca, da contradição inerente ao fenômeno e da mudança dialética que ocorre na natureza e na sociedade".
- ³⁶ Claude Lévi-Strauss introduziu o método estruturalista na antropologia a partir das colocações formuladas em linguística por Roman Jakobson.
- ³⁷ Criação do ator Renato Aragão, que simboliza o nordestino litorâneo aparentemente ingênuo, em contraposição ao sertanejo matuto.
- ³⁸ Alusão a trecho da música *Divino, Maravilhoso*, de Gilberto Gil e Caetano Veloso.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Perseu. Pesquisa em Ciências Sociais. Um guia para estudantes. 2 ed. - Salvador: Núcleo de Recursos Didáticos da UFBA., 1974.
- ALVES-MAZZOTTI, Alda J. & GEWANDSZNAJDER, Fernando. O Método nas Ciências | Naturais e Sociais: Pesquisa Quantitativa e Qualitativa. 2 ed. - São Paulo: Pioneira, 1999.
- ARANHA, Maria L. de A. & MARTINS, Maria H. P. Filosofando. Introdução à Filosofia. - São Paulo: Moderna, 1986.
- BACHELARD, Gaston. A Psicanálise do Fogo. (La Psychanalyse du Feu.) Trad. Maria Isabel Braga. - Lisboa: Litoral, 1989.
- CARROLL, Lewis. Aventuras de Alice. No país das maravilhas/ Através do espelho e o que Alice encontrou lá. Trad. Sebastião Uchoa Leite. 3 ed. - São Paulo: Summus, 1980.
- CERVO, Amado L. & BERVIAN, Pedro A. Metodologia Científica para uso dos estudantes universitários. - São Paulo: McGRAW-HILL, 1975.
- DEMO, Pedro. Introdução à Metodologia da Ciência. 2 ed. - São Paulo: Atlas, 1987.
- DICIONÁRIO ETIMOLÓGICO NOVA FRONTEIRA DA LÍNGUA PORTUGUÊSA. Antônio Geraldo da Cunha (Org.) - Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- FERRARA, Lucrecia D'Aléssio. A Ciência do Olhar Atento. In: Trans/form/Ação. 9/10. - São Paulo, 1986/87. pp. 1-7
- FEYERABEND, Paul. Contra o Método. (Against Method. - Londres: NLB) Trad. Octanny S. da Mota e Leonidas Hegenberg. 3 ed. - Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.
- FISCHER, Ernest. A Necessidade da Arte. (Von der Notwendigkeit der Kunst. - Dresden: Verlag der Kunst, 1959.) Trad. Leandro Konder. - Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- GREGOTTI, Vittorio. Território da Arquitetura. (Território dell' Architettura. - Feltrinelli, 1972.) Trad. Berta Waldman-Villá e Joan Villá. - São Paulo: Perspectiva, 1975.
- HESSEN, Prof. Johannes. Teoria do Conhecimento. (ERKENNTNISSTHEORIE. - Bonn: Ferd. Dümmlers Verlag, 1926. In: "Leitfäden der Philosophie, vol. 2º) Trad. Dr. Antônio Correia. 7 ed. - Coimbra: Armênio Amado, 1976.

KUHN, Thomas S. A Estrutura das Revoluções Científicas. (The Structure of Scientific Revolutions. – Chicago: The university of Chicago, 1962.) Trad. Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. 4 ed. – São Paulo: Perspectiva, 1996.

LUCKESI, Cipriano Carlos & PASSOS, Elizete Silva. Introdução à Filosofia. – Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1992.

MACHADO NETO, A L. a. Para uma Eidética Sociológica. – Salvador: Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFBA, 1977.

_____. b. Problemas Filosóficos das Ciências Humanas. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1966.

MUMFORD, Lewis. Arte & Técnica. (Art and Technics. – Columbia University Press, 1952). Trad. Fátima L. Godinho. – Lisboa: Edições 70, 1980

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. Tratado de Metodologia Científica: projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses. – São Paulo: Pioneira, 1997.

PASTERNAK, Suzana. Noções Básicas sobre Teoria do Conhecimento. Apointamentos de aula. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP.

PEIRCE, Charles S. Escritos coligidos. Seleção de Armando Mora D'Oliveira. Trad. De Armando M. D'Oliveira e Sérgio Pomerangblum. 2 ed. – São Paulo: Abril Cultural, 1980. (Os pensadores)

_____. Le leggi dell'ipotesi. Antologia daí Collected Papers. – Milano: Bompiani, 1984.

_____. Semiótica. (The Collected Papers of Charles Sanders Perice.) Trad. José Teixeira Coelho Neto. – São Paulo: Perspectiva, 1977.

PEQUENO DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA. Org. Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira. 2º Vol. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

POPPER, Karl R. A Lógica da Investigação Científica. (Logik der Forschung. K. R. Popper, 1979.) Trad. Pablo Rubén Marticonda e Paulo de Almeida. – São Paulo: Abril Cultural, 1980. (Os Pensadores)

RÊGO, Fernando. Elementos da Lógica Clássica. – Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1971.

ROMERO, Francisco. Qué es la Filosofia. – Buenos Aires: Editorial Columba, 1953, p. 7-17. (Trad. Livre de Zahidé Machado Neto)

TAHAN, Malba. O Homem que Calculava. 31 ed. – Rio de Janeiro: Record, 1985.

CONSTÂNCIAS E IMPERMANÊNCIAS: recodificação do corpo, da imagem e da palavra

Adalberto Alves de Souza Filho *

A pesquisa que desenvolvo tem como objeto a construção de uma poética visual cujo referencial são questões relacionadas ao corpo. Como índice¹, através das imagens geradas pela marca subjetiva do gesto; como temática, nas diversas problemáticas do corpo – acuado, violentado, cultuado, supostamente livre; como lugar de diversas intervenções; ou, ainda, como corpo icônico² e sua força expressiva.

Utilizando como linguagem o universo da gravura³ e tendo como ponto de partida o desenho, tenho experimentado diversas formas de impressão. A utilização de linguagens diversas como meio de expressão permite a fusão de técnicas tradicionais com os meios eletrônicos⁴, tendo como resultado a interpenetração de gêneros e linguagens. Através do método heurístico⁵ da recodificação⁶, a poética tem como cerne a produção de trabalhos híbridos e recodificados.

São elementos recorrentes na minha pesquisa: a apropriação, a produção em série, a palavra como elemento gráfico-poético, a temática do corpo e a expressão. Esta última, aqui definida de duas maneiras: “é expressiva a obra que induz certo estado emocional ao destinatário. É expressivo aquilo que exprime a realidade [...] os elementos de expressão são portanto elementos do sentido: o sentido da realidade”.(AUMONT, 2001, p. 277).

Portanto, os alicerces que sustentam a minha criação de imagens são os desenhos (Fig. 01), o corpo, a palavra como elemento visual / simbólico⁷ e o hibridismo dos meios.